

**---N.º 2/2026 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE ABRIL
DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.-----**

---Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu ordinariamente, no seu Salão Nobre, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

---PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A)-----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---A Mesa, presidida por Manuel João Fernandes de Nascimento e secretariada por Rui Miguel Pereira dos Santos e Taciana Luna Flores Novais, verificou a existência de “quórum” e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ALEXANDRA MARIA DOS SANTOS MOREIRA -----

---ANA LUÍSA OLIVEIRA FREITAS -----

---ANA RAQUEL CORREIA DE CARVALHO-----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO-----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA-----

---ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DA SILVA -----

---ANTÓNIO JOAQUIM GOMES FARIA -----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----
---ANTÓNIO MANUEL LEITÃO MACEDO VARELA -----
---BÁRBARA DANIELA FONTES DE SÁ-----
---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----
---CAMILO MANUEL MAIA PINHEIRO -----
---CARLA SOFIA DE SANTANA AFONSO RIBEIRO FARIA -----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
---CARLOS ALBERTO VILAS BOAS CARVALHO -----
---CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE -----
---CARMEN RODRIGUES ARAÚJO -----
---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO -----
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----
---DIOGO JOSÉ MOREIRA CARNEIRO COSTA -----
---DOMINGOS JOSÉ CARNEIRO FREITAS -----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
---EDGAR LUÍS LOPES MARINHO PINTO -----
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES -----
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO -----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FRANCISCO AMARO CAMPOS OLIVEIRA -----
---FRANCISCO ISMAEL MONIZ CARNEIRO -----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----**FALTA JUSTIFICADA** -----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
---GUSTAVO HENRIQUE RAMOS DE OLIVEIRA LEMOS -----
---HUGO MIGUEL SOUSA MACHADO -----

Assembleia Municipal



---JAIME FRANCISCO REBELO SILVA -----
---JOÃO MIGUEL RAMALHO FONTES -----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES DA FONSECA E CASTRO -----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO -----
---JOAQUIM AGOSTINHO DA SILVA FERNANDES -----
---JOAQUIM ALBERTO ROCHA FERNANDES -----
---JOEL CRISTIANO PACHECO OLIVEIRA -----
---JORGE ANDRÉ PINHEIRO CRUZ -----
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES DA COSTA -----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----
---LAETITIA LOPES DA COSTA -----
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA -----
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO -----
---LÚCIA ALEXANDRA ABREU DA SILVA -----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----
---MANUEL AGOSTINHO RODRIGUES GOMES -----
---MANUEL BRANCO FERREIRA -----
---MANUEL JOÃO FERNANDES DE NASCIMENTO -----
---MANUEL LIMA SOARES -----
---MANUEL MARTINS DE CARVALHO -----
---MANUEL SERAFIM DA SILVA AZEVEDO -----
---MÁRCIA ALEXANDRA DIAS COSTA -----
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES -----
---MARIA ANTÓNIA PEREIRA OLIVEIRA -----

---MARIA DE FÁTIMA SANTOS AZEVEDO -----
---MARIA ORMINDA MOREIRA MARQUES-----
---MIGUEL FIDALGO MARTINS TEIXEIRA NUNES -----
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----
---PAULO ANTÓNIO VELOSO PEREIRA SILVA REIS -----
---PAULO CÉSAR GOMES CAMPOS -----
---PEDRO JORGE DE SOUSA SANTOS -----
---PEDRO RAFAEL SÁ FERNANDES GOMES -----
---RICARDO JORGE COSTA MENDES -----
---RICARDO MIGUEL MACHADO PINTO -----
---ROSA ALEXANDRA DA COSTA E SÁ AREAL-----
---RUI JORGE FONTES COSTA -----
---RUI MANUEL MATOS DE CARVALHO -----
---RUI MARTINHO DA SILVA FARIA -----
---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS-----
---SAMUEL COSTA MOURA -----
---SANDRA SUSANA NEVES DOS SANTOS -----
---TACIANA LUNA FLORES NOVAIS -----
---TÂNIA DANIELA CARVALHO DA SILVA -----
---TERESA ADÉLIA CAMPOS PINTO-----
---TERESA CRISTINA BARBOSA PEIXOTO -----
---TERESA MARGARIDA FARIA CASTRO BORGES -----
---Verificado o quórum deu-se início à sessão: -----
-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Assembleia Municipal



---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Declaro aberta a sessão ordinária de hoje, com o devido atraso, parte do qual assumo obviamente a responsabilidade, mas tratou-se sobretudo de questões de logística, de fotocopiar votos que deram entrada na Mesa neste último momento. Está tudo tratado, está tudo pronto para começar a reunião.-----

--- Hoje, é manifestamente impossível que a senhora primeira secretária da Assembleia Municipal esteja presente. Assim sendo, solicito ao grupo municipal do PSD que possa indicar alguém para a substituir e constituir a Mesa. -----

---Senhora deputada Taciana Flores, por favor, pode juntar-se à Mesa, então.-----

----Senhoras e senhores deputados, uma vez que tivemos a entrada, registámos a entrada de 14 votos na Mesa para serem analisados no período de antes da ordem do dia, daremos cinco minutos aos grupos municipais para que possam analisar os votos e, entretanto, continuamos os trabalhos. -----

---Aproveito só para informar as senhoras e senhores deputados, que já deram conta certamente, que lhes foi distribuída uma ficha de registo de eleitos locais. Isto foi um pedido da Secretaria-Geral da Administração Interna para que todos os senhores deputados pudessem preencher, e depois, não precisa ser hoje, amanhã ou depois, fazer chegar aos serviços da Assembleia Municipal, por favor, está bem? Muito obrigado. ----

---Senhores deputados, podemos prosseguir os trabalhos? -----

---Antes de entrarmos no período antes da ordem do dia, aprovarmos as atas e passarmos à discussão dos votos, tenho só duas ou três notas que queria deixar à Assembleia Municipal.-----

---A primeira, desde logo, um agradecimento a todos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, à Câmara Municipal, aos senhores presidentes da Junta, pela adesão à sessão solene do 25 de Abril. Decorreu, correu muito bem a sessão, com mais

sol do que aquilo que nós esperávamos, com uma ou outra ilação a tirar, que será discutida em conferência de líderes ou Comissão Permanente, mas, no geral, penso que é da opinião de todos que tudo terá corrido muito bem. -----

---Está também a senhora funcionária da Assembleia Municipal, neste momento, a distribuir os cartões de identificação de deputados municipais. São mesmo isso, apenas, são identificativos. Um agradecimento também à Câmara Municipal e ao GAP pela colaboração na elaboração dos cartões. O motivo pelo qual são apenas identificativos é precisamente o facto da Assembleia Municipal se encontrar a fazer uma consulta ao mercado, neste momento, para que possa modernizar administrativamente e eletronicamente o modo de funcionamento da Assembleia, nomeadamente naquilo que diz respeito à verificação de presenças, de quórum, votações, etc. E, portanto, neste momento o cartão é identificativo, no futuro, e esperemos que num futuro breve, as coisas passem a funcionar de outra forma. -----

---Há aqui um assunto que eu queria expor às senhoras e senhores deputados, que é um assunto que já foi discutido/explanado em sede de Comissão Permanente, nomeadamente na última Comissão Permanente, que tem a ver com uma proposta que foi aprovada na Assembleia Municipal do dia 14 de fevereiro, por maioria, uma proposta da Iniciativa Liberal sobre a criação da Assembleia Municipal Jovem. -----

---Este assunto foi abordado... foi também objeto de análise em sede de Comissão Permanente da Assembleia Municipal, com toda a transparência, como sempre, e queria transmitir o seguinte às senhoras e senhores deputados: naquela proposta da Iniciativa Liberal, moção de recomendação - criação da Assembleia Municipal Jovem de Famalicão, o partido propõe a criação de um grupo de trabalho, cito, para que se desse início àqueles procedimentos. -----

---Após alguns pedidos de clarificação ao tempo que, como toda a gente se apercebeu, quer da Mesa, quer até de alguns dos senhores deputados, uma vez que a proposta não resultava clara, a Iniciativa Liberal decidiu clarificar a proposta e esta foi apreciada nos seguintes termos: criação do grupo de trabalho, aplicando por analogia o artigo 27º do Regimento, com a única exceção de não aplicação do ponto 7 do mesmo artigo. -----

---Ora, o que diz o ponto sete? “Que as comissões serão constituídas por um número ímpar de membros, não superior a nove, salvo se não for possível observar a representação proporcional de cada grupo municipal (...).” Este foi o único ponto do artigo que não seria aplicável e todo o restante artigo se aplicaria por analogia. Foi assim votada a proposta, foi assim aprovada a proposta. -----

---Sucedem que, ao abrigo do ponto 5 do artigo 27º do Regimento: “A indicação dos membros para as comissões compete aos respetivos grupos municipais e deve ser efetuada no prazo máximo de oito dias, a contar da data da deliberação da criação da comissão.” Neste caso, do grupo de trabalho. -----

---E ainda no ponto seis: “Se algum grupo municipal não comunicar ao Presidente da Assembleia Municipal seus representantes, no prazo estabelecido, não haverá lugar ao preenchimento das vagas por representantes de outros grupos municipais.” -----

---Como disse, este foi um assunto que foi abordado já em sede de Comissão Permanente, em que se chegou a um acordo com os líderes dos grupos municipais e a Mesa, porque acontece que apenas dois partidos apresentaram, não só atempadamente, mas exclusivamente, apenas dois partidos apresentaram nomes de senhoras ou senhores deputados para a constituição deste grupo de trabalho. Curiosamente, nenhum desses partidos é o do autor da proposta, o proponente, foram o PSD e o CDS. E de acordo com o ponto 5 e 6 do artigo 27º, que acabei de ler, estaria assim constituído o grupo de trabalho.

Aliás, se ninguém apresentasse nomes, eventualmente até inclusivamente poderia cair a proposta. -----

---É um caso, confesso que me parece um caso *sui generis* na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, quero crer. A Mesa lamenta. Entende que o regimento é para ser cumprido, mas entende também, e foi esse o acordo que se chegou em sede de Comissão Permanente com os líderes, que aprovada que foi a proposta e excecionalmente, e mesmo excecionalmente, sabendo que a vontade dos partidos acabou por se esvanecer em distrações ou esquecimento, ou facilitismo, ou lapso, ou o que quer que tenha sido, a Mesa ou desinteresse..., o Chega também não apresentou, senhor deputado. A Mesa está disposta a conceder uma prorrogação de prazo para a apresentação destes nomes. Essa prorrogação de prazo sê-lo-á por quarenta e oito horas, ou seja, terminará na quarta-feira às 21h30, se os partidos entenderem que assim deve ser, e acho que sim, porque foi o acordo a que chegamos em sede de Comissão Permanente. -----

---As condições para esta prorrogação de prazo serão, naturalmente, que não haja objeção e principalmente que o grupo municipal do PSD e do CDS, que foram os, os partidos que cumpriram o regimento e que, portanto, em meu entender, não devem sair prejudicados disto, não se opuserem. Assim sendo, se ninguém se opuser, vamos prorrogar o prazo por quarenta e oito horas, exclusivamente. -----

---É uma situação que eu não queria que se voltasse a repetir, mas desta vez será aberta a exceção pela Mesa. Assim sendo, alguém se opõe? Ninguém vota contra, ninguém se abstém, está aprovado por unanimidade. -----

---Os partidos têm um prazo de quarenta e oito horas, portanto, até quarta-feira às 21h30, para apresentar nomes para a constituição do grupo de trabalho. -----

---Queria ainda só informar a Assembleia que deu entrada na Mesa um relatório de avaliação do Estatuto de Direito da Oposição que já foi distribuído em sede de Comissão

Assembleia Municipal

Permanente também aos líderes dos grupos municipais, e entrou também o relatório de atividades da CPCJ de 2025, que está disponível nos serviços da Assembleia Municipal para consulta. -----

---Passamos agora, antes de entrar nos votos, à aprovação das atas. Vossas Excelências receberam no e-mail as atas que vamos votar. Presumo que tenham tido a oportunidade de ver. Assim sendo, vamos passar à votação da ata do dia 19/09/2025. -----

---ATA DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A ATA DO DIA DEZANOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. ----

---ATA DO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2026. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A ATA DO DIA CATORZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

---Agora sim, sem mais demoras, vamos passar então, no período antes da ordem do dia, à apresentação dos votos. Deram entrada na Mesa, como disse inicialmente, 14 votos. Eles serão apresentados por esta ordem que passarei a enunciar:-----

---Em primeiro lugar, um voto de pesar da Junta de Freguesia de Lousado pelo falecimento de Carlos Macedo. -----

---Depois, um voto de pesar do Partido Socialista pelo falecimento de Joaquim Peniche Barreiras. -----

---Um voto de pesar do Partido Socialista pelo falecimento de Carlos Bernardino Rebelo da Silva. -----

---Um voto de saudação do Partido Socialista ao árbitro de futebol João Pinheiro.-----

---Um voto de congratulação do Partido Socialista ao atleta Mateus Soares. -----

---Um voto de pesar do Partido Socialista pelo falecimento de Amável Barbosa dos Santos. -----

---Uma proposta de recomendação do Chega no sentido de alterar o regulamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento.-----

---Um voto de recomendação do Chega para a implementação e ativação imediata do sistema de videovigilância urbana com tecnologia de inteligência artificial para anonimização total de imagens, cumprimento do RGPD e desbloqueio do sistema já instalado.-----

---Um voto de protesto do Partido Chega que não tem título. Eu pedia às senhoras e senhores deputados que pudessem ter o cuidado quando apresentassem um voto de pelo menos deixar um título para facilitar o trabalho da Mesa. O teor do voto será já lido pelo Partido Chega. -----

---Moção de recomendação da Iniciativa Liberal para modernização do licenciamento urbanístico com inteligência artificial para aumentar a oferta de habitação. -----

---Moção de recomendação da Iniciativa Liberal para redução da taxa de IMI para o mínimo legal de 0,3% em 2027. -----

---Voto de pesar do PSD pelo falecimento de Joaquim Peniche Barreiras.-----

---Moção da CDU contra a privatização do transporte ferroviário pelo direito à mobilidade.-----

E, finalmente, voto de saudação da CDU pelos 50 anos da Constituição da República Portuguesa. -----

---Assim sendo, passarei a palavra às senhoras e senhores deputados e presentes de junta para a apresentação dos votos. Senhor deputado, tem a palavra.-----

---Muito bem, senhor deputado, então obrigado pela interpelação. Para que fique registado, o senhor deputado Jorge Costa propôs, uma vez que há um voto de pesar do Partido Socialista e um voto de pesar do PSD pelo falecimento da mesma pessoa, propôs juntar os votos e fazermos uma só votação, agregando-se os partidos nesse voto. Muito bem, assim será. Tem a palavra então para a apresentação do voto de pesar pelo falecimento de Carlos Macedo, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lousado.

---JORGE FERREIRA (PRESIDENTE DA JUNTA DE LOUSADO) - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CARLOS MACEDO-----

---O Executivo da Freguesia de Lousado manifesta o mais profundo pesar pelo falecimento de Carlos Macedo, fadista, compositor e guitarrista lousadense, ocorrido a 7 de março de 2026. -----

---Nascido a 9 de dezembro de 1946, na freguesia de Lousado, José Carlos de Campos Macedo, ainda muito jovem, revelou talento para o fado, aprendendo a tocar guitarra de forma autodidata e fundando o conjunto típico Carlos Macedo. A sua carreira passou por momentos marcantes, como por exemplo, quando viveu em Moçambique, foi coroado “Rei do Fado em Moçambique” em 1972, e onde fez o lançamento dos primeiros registos discográficos. -----

---Regressou a Portugal em 1975, dedicou a sua vida ao fado, tocando e cantando nas maiores casas do fado, acompanhando grandes nomes da música, enriquecendo a cultura portuguesa, destacando-se pelo talento e pelas inúmeras contribuições artísticas, tanto em Portugal como no estrangeiro. Várias vezes homenageado e galardoado, em 2006 foi homenageado na sua terra natal e, recentemente, em 2024, recebeu a Medalha de Mérito Municipal Cultural de Vila Nova de Famalicão, reconhecendo o seu contributo incalculável para a cultura local e nacional. -----

---Neste momento de dor e de perda, e reconhecendo o legado deixado por Carlos Macedo, o Executivo da Junta de Freguesia de Lousado propõe que esta Assembleia: --

---Aprove o presente “Voto de Pesar; -----

---Manifeste à família enlutada, as mais sentidas condolências; -----

---E um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

---ELSA LOPES (PS) – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOAQUIM PENICHE BARREIRAS-----

---Faleceu, em 23 de abril de 2026, Joaquim Peniche Barreiras, o qual exerceu funções de Tesoureiro na Junta de Freguesia de Fradelos pelo PSD.-----

---Todos os que de forma ativa contribuíram para a República e para o interesse da freguesia devem ser reconhecidos e homenageados.-----

---Um obrigado póstumo de Fradelos e de Famalicão ao Joaquim Peniche Barreiras. ---

---Nestes momentos, devemos esquecer as desavenças partidárias e reconhecer que homens como o Joaquim Peniche Barreiras farão sempre falta naquela freguesia. -----

---Através do presente voto de pesar, o Grupo Parlamentar do PS apresenta uma sentida homenagem e agradecimento público ao falecido. -----

---Na sequência da aprovação do presente voto, propõe-se guarde esta Assembleia um minuto de silêncio em sua memória e que seja endereçada cópia do mesmo à família enlutada. -----

---CARLA FARIA (PS) - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CARLOS BERNARDINO REBELO DA SILVA -----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vila Nova Famalicão vem, por este meio, manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Carlos Bernardino Rabelo da Silva, ocorrido a 21 de abril de 2026, aos 66 anos de idade.

Assembleia Municipal



---Residente na freguesia de Gavião, Carlos Bernardino Rabelo da Silva foi uma figura profundamente dedicada à sua comunidade, à qual consagrou grande parte da sua vida, deixando uma marca indelével na vida política e administrativa local.-----

---No plano autárquico, desempenhou com distinção diversos cargos, nomeadamente: -

---Presidente da Assembleia de Freguesia de Gavião;-----

---Deputado da Assembleia de Freguesia de Gavião, em vários mandatos;-----

---Tesoureiro da Junta de Freguesia de Gavião.-----

---Em todas estas suas funções, pautou a sua atuação por um elevado sentido de dever político, lealdade institucional e profissionalismo, colocando sempre o interesse público e o bem-estar dos seus cidadãos em primeiro lugar. O seu compromisso com a causa pública e a sua dedicação ao desenvolvimento da freguesia constituem um legado que será recordado por todos os que com ele privaram.-----

---Paralelamente ao seu percurso autárquico, desenvolveu uma relevante atividade profissional na administração local, com passagem na Câmara Municipal de Vila Nova Famalicão, onde exerceu funções de novembro de 1990 até 2001, através de um vínculo de natureza técnica, então classificado como sendo de índole intelectual e de elevado grau de autonomia.-----

---Detentor de formação na área de Gestão Pública no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), em Barcelos, percurso académico que reforçou as suas competências técnicas. Graças a essa formação, destacou-se não apenas pelo seu envolvimento político, mas também pelo seu papel técnico e organizativo, sendo reconhecido como um verdadeiro pilar no funcionamento administrativo, quer na sede local do Partido Socialista, quer na Junta de Freguesia de Gavião, onde, enquanto tesoureiro, assumiu responsabilidades determinantes na organização técnica e financeira. -----

---A sua partida deixa um vazio difícil de preencher na comunidade de Gavião e no concelho de Vila Nova de Famalicão, mas também um exemplo de trabalho, humildade e entrega ao serviço público que perdurará na memória coletiva. -----

morte deixa um vazio significativo, sendo recordado como exemplo de dedicação, humildade e serviço público. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Vila Nova Famalicão, reunida em sessão, delibere:-----

---1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Carlos Bernardino Rebelo da Silva. -----

---2. Endereçar à sua família, amigos e a toda a comunidade de Gavião as mais sentidas condolências;-----

---3. Aprovar o presente voto de pesar, consignando-o em ata e dando conhecimento à família enlutada. -----

---LUÍS MIRANDA DA SILVA (PS) - VOTO DE SAUDAÇÃO AO ÁRBITRO DE FUTEBOL JOÃO PINHEIRO. -----

---Recentemente, foi tornado público que o árbitro de futebol profissional João Pinheiro, residente em Vila Nova de Famalicão e associado do Núcleo de Árbitros de Futebol de Vila Nova de Famalicão, foi um dos escolhidos árbitros para arbitrar os jogos de futebol da fase final do Campeonato do Mundo de Futebol que irá decorrer nos Estados Unidos, México e Canadá, entre 11 de junho e 19 de julho do presente ano. -----

---Tal facto assume especial mérito e relevo local, em particular também nacional e internacional, atendendo sobretudo ao facto de que desde o Campeonato do Mundo de Futebol 2014, realizado no Brasil, que a Federação Portuguesa de Futebol não tinha um árbitro na lista final da FIFA.-----

Assembleia Municipal



---Tais factos merecem o reconhecimento e a saudação por parte da presente Assembleia Municipal e da sociedade famalicense em geral.-----

---Em razão do exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal aprove o presente voto de saudação ao árbitro de futebol João Pinheiro, deliberando: -----

---Aprovar o presente Voto de Saudação a João Pinheiro, pelo seu feito desportivo alcançado; -----

---Reconhecer publicamente o mérito desportivo, dedicação e excelência do árbitro João Pinheiro e do Núcleo de Árbitros de Futebol de Vila Nova de Famalicão; -----

---Endereçar ao cidadão famalicense João Pinheiro e ao Núcleo de Árbitros de Futebol de Famalicão o presente voto de saudação.-----

---**PEDRO GOMES (PS) - VOTO DE CONGRATULAÇÃO A MATEUS SOARES PELA CONQUISTA DA MEDALHA DE OURO NO OPEN BELGIAN WAKO.** -----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão vem propor a aprovação de um voto de congratulação ao jovem atleta Mateus Soares, pela conquista da medalha de ouro no Open Belgian Wako. -----

---Este notável feito constitui motivo de grande orgulho, não apenas para o concelho de Vila Nova de Famalicão, mas também para o país, representando o talento, a dedicação e o espírito de sacrifício de um jovem atleta português que, ultrapassando fronteiras, conseguiu afirmar-se ao mais alto nível numa competição internacional de reconhecido prestígio.-----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista destaca igualmente o brio local associado a esta conquista, sublinhando o enorme orgulho em ver um munícipe de Vila Nova de Famalicão elevar o nome da sua terra através do desporto, servindo de exemplo de determinação, mérito e superação para os mais jovens.-----

---Este feito assume ainda um significado especial, constituindo motivo acrescido de orgulho por representar uma geração de jovens que, com esforço e ambição, projeta o concelho e o país para além-fronteiras. -----

---Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão delibere:-----

---1. Aprovar um voto de congratulação a Mateus Soares pela conquista da medalha de ouro no Open Belgian Wako;-----

---2. Reconhecer publicamente o mérito desportivo, dedicação e excelências demonstrados;-----

--- Endereçar ao atleta os mais sinceros parabéns e votos de continuação em sucessos desportivos. -----

---**PEDRO GOMES (PS) - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE AMÁVEL BARBOSA DOS SANTOS.**-----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão vem propor a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Amável Barbosa dos Santos, antigo presidente da Junta de Freguesia, de Brufe, que ao longo de vários mandatos exerceu as suas funções com elevado sentido de responsabilidade, dedicação e profundo compromisso com a sua comunidade. -----

---Amável Barbosa dos Santos destacou-se pelo seu percurso de serviço público, pautado pela proximidade às populações, pela humildade no exercício das suas funções e por uma reconhecida competência na defesa dos interesses da freguesia de Brufe. Sob a sua liderança, a freguesia de Brufe conheceu, a partir da última década do século passado, um significativo impulso de modernização e desenvolvimento, traduzido na realização de diversas obras estruturantes de interesse público. -----

---Neste momento de luto, importa prestar homenagem à sua memória, reconhecendo o contributo relevante que deixou ao concelho de Vila Nova de Famalicão e, em particular, à freguesia de Brufe.-----

---Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão delibere: -----

---1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Amável Barbosa dos Santos;

---2. Endereçar à sua família e amigos as mais sentidas condolências; -----

---3. Dar conhecimento do presente voto de pesar à família enlutada. -----

---TERESA PINTO (CHEGA) - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO NO SENTIDO DE ALTERAR O REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO.-----

---Cerca de 20% das famílias portuguesas são monoparentais, e a maioria delas (cerca de 86%) é composta por mães solo. Para estas famílias, conciliar o trabalho com os cuidados dos filhos é um grande desafio, principalmente devido à falta de horários flexíveis, dificuldade no acesso a creches e baixos rendimentos. A conciliação entre a vida profissional e as responsabilidades familiares é uma das principais barreiras, uma vez que a ausência de um segundo responsável torna mais difícil a gestão do tempo entre emprego e cuidados com os filhos. -----

---O divórcio, ou a separação dos casais, em situações que já de si são de grande fragilidade, leva facilmente os indivíduos para a pobreza, considerando a redução de rendimentos causada pela separação e os seus efeitos em cascata, incluindo na atividade laboral.-----

---O nosso município padece da mesma circunstância. Segundo dados recolhidos junto do Tribunal de família de Famalicão, a grande maioria dos casos de divórcio ou separação

de casais resulta na elevação da debilidade financeira. A desagregação da família tem reflexos negativos na economia e na sociedade.-----

---O Partido Chega de Famalicão, tendo conhecimento desta realidade social, considera que é da responsabilidade do executivo tentar mitigar este fenómeno crescente na sociedade portuguesa e na famalicense em particular.-----

---Neste sentido, propomos uma alteração(acrescento)no Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento de forma a considerar estas situações e conceder prioridades a pessoas nesta situação. Desta forma, propomos a discriminação positiva a estes grupos especialmente vulneráveis, no sentido de corrigir realidades estruturais e equilibrar oportunidades. -----

---Queira esta assembleia aprovar este voto de recomendação. -----

---**CAMILO PINHEIRO CHEGA) - VOTO DE RECOMENDAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO E ATIVAÇÃO IMEDIATA DO SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA URBANA COM TECNOLOGIA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA ANONIMIZAÇÃO TOTAL DE IMAGENS – CUMPRIMENTO DO RGPD E DESBLOQUEIO DO SISTEMA JÁ INSTALADO.**-----

---O sistema de videovigilância urbana do centro de Vila Nova de Famalicão está fisicamente instalado há mais de três anos (11 a 12 câmaras em 2022/2023, com expansão projetada para 54 câmaras desde novembro de 2024).-----

---A esquadra da PSP foi renovada, o protocolo com a PSP foi assinado e o projeto foi remetido ao Ministério da Administração Interna e à CNPD. No entanto, as câmaras permanecem inativas para fins de segurança pública, funcionando apenas para recolha estatística de tráfego.-----

---Nos termos da Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro (que regula a utilização e o acesso a sistemas de videovigilância em espaço público) e complementada pelos requisitos

técnicos da Lei n.º 46/2019 (regime de segurança privada), a integração de tecnologia de anonimização por IA constitui uma medida de minimização de dados e privacy-by-design que reforça a conformidade com o RGPD.-----

---Propõe-se, por isso, a aprovação do seguinte Voto de Recomendação -----

---A Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão delibera recomendar ao Executivo Municipal:-----

---1. Incluir obrigatoriamente no projeto técnico a submeter à CNPD e ao Ministério da Administração Interna a integração de software de Inteligência Artificial com anonimização total em tempo real (máscaras digitais irreversíveis ou *liftable masks*), consultando o mercado europeu de soluções certificadas RGPD para garantir compatibilidade técnica e orçamental. Esta solução permite o anonimato completo no armazenamento e visualização diária das imagens, revelando a identidade real apenas em casos excecionais de interesse de segurança pública, mediante pedido formal da PSP, registo auditável e autorização judicial ou hierárquica - cumprindo integralmente o artigo 25.º do RGPD.-----

---2. Ativar de imediato as 12 câmaras já instaladas e prosseguir com a expansão até às 54 previstas.-----

---3. Designar formalmente o responsável pelo tratamento de dados e elaborar a Avaliação de Impacto na Proteção de Dados (DPIA).-----

---4. Colocar sinalética RGPD visível em todos os locais vigiados. -----

---5. Estabelecer protocolo claro e auditável com a PSP para o acesso excecional às imagens originais.-----

---6. Apresentar a esta Assembleia, no prazo máximo de 60 dias, relatório de progresso e orçamento detalhado.-----

---Esta recomendação não é ideológica: é prática, técnica e urgente. Os famalicenses já pagaram as câmaras, já existe protocolo com a PSP e a esquadra está preparada. Falta apenas a vontade política de desbloquear o sistema com a tecnologia que hoje permite conciliar segurança e privacidade. -----

---O CHEGA está disponível para dialogar e aperfeiçoar esta recomendação com todos os grupos municipais.-----

---TERESA BORGES (CHEGA) - VOTO DE PROTESTO DO PARTIDO CHEGA SOBRE A GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA.-----

---O que hoje aqui trazemos não é um caso menor, nem um episódio isolado, é um sinal grave de falência na gestão de uma escola pública e de desproteção dos seus profissionais.

---Chegou ao nosso conhecimento, através de colaboradores (docentes e assistentes operacionais) da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Bernardino Machado, em Joane, a ocorrência de episódios de agressões de alunos a professores e assistentes operacionais. Mais grave ainda: segundo os relatos recebidos, tais situações não estarão a ser devidamente tratadas pela direção do agrupamento. -----

---Se isto se confirmar, estamos perante uma situação absolutamente inaceitável a normalização da violência dentro da escola e a omissão deliberada de quem tem o dever de agir. -----

---A alegada preocupação em preservar “boas estatísticas” não pode, em circunstância alguma, sobrepor-se à segurança dos professores, ao respeito pela autoridade em sala de aula e à verdade dos factos. Esconder problemas não os resolve, agrava-os. -----

---E é precisamente aqui que reside um dos aspetos mais inquietantes: a ausência de dados públicos claros sobre ocorrências disciplinares e segurança escolar neste estabelecimento levanta sérias suspeitas sobre a transparência da sua gestão. -----

---Importa também recordar que o diretor do agrupamento, José Manuel da Silva Moreira, assumiu publicamente posições políticas durante o período eleitoral, nomeadamente em apoio à candidatura de Mário Passos. Tal facto exige, ainda mais, um escrutínio rigoroso da sua atuação enquanto responsável por uma instituição pública.-----

---Os professores, que deviam estar focados em ensinar, encontram-se hoje desesperados, desprotegidos e abandonados. E quando os professores pedem ajuda, o poder político não pode virar a cara.-----

---O silêncio, a inação ou qualquer tentativa de abafamento tornam-nos cúmplices de uma realidade que não pode ser ignorada.-----

---Assim, esta Assembleia Municipal não pode ficar indiferente e delibera:-----

- Manifestar o seu protesto face à gravidade dos factos reportados;-----
- Exigir a abertura imediata de um processo de averiguação independente;-----
- Recomendar a divulgação pública e transparente de dados relativos a ocorrências disciplinares e segurança escolar;-----
- Instar as entidades competentes a garantir, sem ambiguidades, a proteção dos professores e o respeito dentro das escolas.-----

---Porque uma escola onde há medo não é uma escola, é um problema. E este problema exige resposta. Já.-----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** – MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO - REDUÇÃO DA TAXA DE IMI PARA O MÍNIMO LEGAL DE 0,30% EM 2027.-----

---Considerando que:-----

---O Imposto Municipal sobre Imóveis, IMI, incide diretamente sobre a habitação das famílias, dos proprietários e da classe média.-----

---Num contexto de aumento do custo de vida e de forte pressão no acesso à habitação, o Município deve usar os instrumentos fiscais ao seu alcance para aliviar os famalicenses.

---Em 2025, o Município de Vila Nova de Famalicão arrecadou 16.892.121,08 € em IMI, mais 994.290,43 € do que em 2024. A receita fiscal total subiu para 47.692.468,17 €, mais 4.245.822,72 € do que no ano anterior, representando um aumento de 9,8%. -----

---Além do IMI, o Município arrecadou 18.076.387,25 € em IMT, 7.975.876,31 € em Derrama, 6.753.254,00 € em participação no IRS e 7.351.121,69 € em taxas, multas e outras penalidades. No conjunto, a receita fiscal e parafiscal atingiu 55.043.589,86 € em 2025. -----

---A redução da taxa de IMI para o mínimo legal de 0,30% tem sido estimada em cerca de 1,7 a 1,8 milhões de euros por ano, uma ordem de grandeza inferior ao aumento da receita fiscal verificado em 2025 e comportável face à dimensão do orçamento municipal.

---A questão central é uma questão de prioridades. Se há margem para aumentar estruturas orgânicas, chefias, despesa corrente, avenças, consultorias, comunicação, festas, eventos e contratos recorrentes, também deve haver margem para reduzir o imposto sobre a casa das famílias. -----

---Foi publicamente noticiado que a reorganização orgânica da Câmara Municipal poderá aumentar significativamente o número de lugares de chefia, passando de 43 para 95, um aumento de 121%.-----

---Em 2026, estão previstos cerca de 1,9 milhões de euros em tarefa/avença, além de valores relevantes em aquisição de bens e serviços, comunicação, eventos e contratos recorrentes. -----

---A redução do IMI para 0,30% não exige uma revolução orçamental. Exige uma escolha política: maior disciplina na despesa municipal e maior respeito pelos contribuintes. ---

---Recomendação-----

---Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em sessão ordinária, delibera recomendar à Câmara Municipal que: -----

- 1. Proponha, no pacote fiscal municipal aplicável ao ano de 2027, a fixação da taxa de IMI sobre prédios urbanos no mínimo legal de 0,30%. -----
- 2. Apresente à Assembleia Municipal, antes da votação do pacote fiscal de 2027, uma estimativa do impacto financeiro desta redução, comparando a receita de IMI dos últimos três anos com a receita estimada à taxa mínima. -----
- 3. Identifique medidas de eficiência da despesa corrente capazes de acomodar esta redução, nomeadamente através da revisão de avenças, contratos de tarefa, consultorias, comunicação, festas, eventos, contratos recorrentes e demais despesas não essenciais. --
- Conclusão -----
- A redução do IMI para 0,30% não põe em causa a sustentabilidade financeira do Município. -----
- Põe em causa uma escolha política: continuar a aumentar a máquina municipal ou aliviar quem paga. -----
- A Assembleia Municipal deve recomendar uma opção clara: menos imposto sobre a casa das famílias, mais disciplina na despesa municipal e mais respeito pelos contribuintes famalicenses. -----
- MIGUEL FIDALGO (IL)** – MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO - MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO URBANÍSTICO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA AUMENTAR A OFERTA DE HABITAÇÃO.-----
- Considerando que: -----
- A habitação é hoje uma das maiores dificuldades das famílias, dos jovens e da classe média em Vila Nova de Famalicão. -----
- Segundo dados divulgados com base no Boletim Económico do Banco de Portugal, entre 2019 e 2023 a prestação mensal associada à compra de uma casa mediana passou

de cerca de 350 euros para 855 euros, num contexto de forte agravamento da acessibilidade à habitação. -----

---Dados recentes do INE mostram também que, no final de 2025, os preços da habitação continuaram a acelerar em Portugal, tendo Vila Nova de Famalicão registado uma subida homóloga de cerca de 22,1%, acima da média nacional. -----

---A Câmara Municipal não controla as taxas de juro, nem resolve sozinha o problema nacional da habitação. Mas controla fatores locais decisivos: licenciamento, prazos, regulamentos municipais, taxas urbanísticas, previsibilidade administrativa, processos pendentes e organização dos serviços de urbanismo. -----

---A crise da habitação não se resolve apenas com programas públicos, candidaturas ou anúncios. Resolve-se sobretudo com mais oferta, menos bloqueios, mais previsibilidade e licenciamento mais rápido. -----

---O licenciamento lento aumenta custos, imobiliza capital, atrasa obras, reduz oferta e pressiona os preços finais das casas. Para quem quer comprar ou arrendar, burocracia lenta acaba por funcionar como um imposto escondido sobre a habitação. -----

A Iniciativa Liberal defende que Vila Nova de Famalicão deve transformar o seu serviço de urbanismo e licenciamento num serviço mais rápido, eficiente e transparente, recorrendo a ferramentas digitais, automação e Inteligência Artificial. -----

---A utilização de Inteligência Artificial no licenciamento pode permitir a verificação automática de documentos, a deteção precoce de inconformidades, a classificação de processos por complexidade, a priorização de pedidos e o apoio imediato aos cidadãos através de atendimento digital. -----

---Estas ferramentas não substituem os técnicos municipais nem a decisão administrativa legalmente exigida. Servem para libertar tempo técnico, reduzir tarefas repetitivas, diminuir erros, acelerar processos simples e aumentar a transparência. -----

Assembleia Municipal



---A modernização do licenciamento deve ser acompanhada por metas públicas, indicadores de desempenho e publicação regular de dados sobre tempos médios, tempos medianos, processos pendentes e processos fora de prazo. -----

---Recomendação -----

---Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em sessão ordinária delibera recomendar à Câmara Municipal que: -----

---1. Elabore e apresente à Assembleia Municipal um Plano de Modernização do Licenciamento Urbanístico, com recurso a ferramentas digitais, automação e Inteligência Artificial. -----

---2. Implemente, no âmbito do Balcão Único Digital, mecanismos de submissão, acompanhamento e validação inicial de processos urbanísticos, permitindo aos cidadãos e empresas acompanhar em tempo real o estado dos seus pedidos. -----

---3. Desenvolva ferramentas de verificação automática de documentos, formulários e elementos obrigatórios, notificando rapidamente os requerentes sobre faltas ou inconformidades. -----

---4. Estude a utilização de Inteligência Artificial para apoio à análise preliminar de conformidade com regulamentos municipais, PDM, normas urbanísticas e demais requisitos aplicáveis, sempre com validação final pelos serviços competentes. -----

---5. Crie um sistema de classificação e priorização de processos por tipologia, complexidade, urgência e impacto, permitindo uma gestão mais eficiente do fluxo de trabalho dos serviços municipais. -----

---6. Disponibilize atendimento digital automatizado, incluindo *chatbot* no portal municipal, para esclarecer dúvidas sobre documentos, etapas, prazos e requisitos dos processos de licenciamento. -----

---7. Publique trimestralmente indicadores de desempenho do urbanismo, incluindo número de processos entrados, processos decididos, processos pendentes, prazos médios, prazos medianos e processos fora de prazo. -----

---8. Defina metas anuais de redução dos tempos de resposta no licenciamento urbanístico, com reporte periódico à Assembleia Municipal. -----

---Conclusão -----

---Baixar o preço das casas exige aumentar a oferta e reduzir bloqueios. -----

Vila Nova de Famalicão precisa de um urbanismo mais rápido, mais transparente e mais previsível.-----

---A modernização do licenciamento com Inteligência Artificial não é uma questão de moda tecnológica. É uma medida concreta para reduzir burocracia, libertar técnicos municipais, acelerar processos e criar melhores condições para que haja mais habitação no concelho.-----

---A Assembleia Municipal deve recomendar uma opção clara: menos burocracia, mais oferta de habitação e uma Câmara que ajude a construir soluções em vez de atrasar processos.-----

---**PAULO REIS (PSD)** – Faleceu na passada quinta-feira, 23 de abril, aos 79 anos, Joaquim Peniche Barreiras. -----

---Social Democrata desde a primeira hora, histórico militante há mais de quatro décadas, esteve sempre presente em todas as campanhas eleitorais e em todas as candidaturas do PSD local. -----

---Foi tesoureiro da Junta de Freguesia de Fradelos nos mandatos de 1989 a 1997 e atualmente fazia parte da Direção da Casa do Povo de Fradelos. -----

---Ilustre fradelense, com um notável percurso de vida dedicado à freguesia de Fradelos e às suas gentes, Joaquim Peniche Barreiras foi sempre um conciliador e um homem bom.

O seu exemplo continuará a inspirar aqueles que, como ele, têm uma vida de serviço à comunidade. -----

---Neste momento de luto, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão presta a mais sentida homenagem à família, aos amigos e a todos quantos com ele partilharam o percurso da vida, expressando as suas mais sinceras condolências. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - MOÇÃO – CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO PELO DIREITO À MOBILIDADE. -----

---O transporte ferroviário é essencial para a mobilidade das populações, para a coesão territorial e para o desenvolvimento económico do país e, em particular, de concelhos como Vila Nova de Famalicão, fortemente dependentes da ligação ferroviária, nomeadamente na linha do Minho.-----

---Um dos principais problemas da ferrovia nacional continua a ser a falta de comboios, o que limita a oferta, a frequência e a qualidade do serviço prestado. Esta realidade afeta diretamente milhares de utentes do concelho, que diariamente dependem do comboio para trabalhar, estudar e aceder a serviços essenciais.-----

---Apesar dos investimentos na infraestrutura, a verdade é que sem material circulante suficiente, não é possível melhorar a resposta às necessidades das populações, nem tirar pleno partido dessas melhorias.-----

---É neste contexto que surgem as intenções de privatização ou concessão de partes do serviço ferroviário, nomeadamente das linhas mais rentáveis. Esta opção levanta sérias preocupações.-----

---A experiência demonstra que a entrega da exploração a privados não garante melhor serviço, podendo antes significar preços mais elevados, menor investimento e uma lógica orientada para o lucro em detrimento do interesse público. -----

---Para concelhos como Vila Nova de Famalicão, esta opção pode traduzir-se no agravamento das desigualdades no acesso ao transporte, colocando em causa a qualidade e a acessibilidade do serviço ferroviário, sobretudo nas ligações regionais e urbanas. ---

---Acréscce que a retirada das linhas mais rentáveis da gestão pública fragiliza o conjunto do sistema ferroviário, podendo comprometer a sustentabilidade da operação nas restantes linhas e serviços. -----

---O que o país precisa é de mais investimento da ferrovia pública, mais comboios, melhor serviço e uma aposta clara na mobilidade sustentável e não de processos de privatização que colocam em causa o direito à mobilidade. -----

---Assim, a Assembleia Municipal reunida ao dia de hoje, delibera aprovar esta moção contra a privatização do transporte ferroviário pelo direito à mobilidade, que será remetida ao senhor Primeiro-Ministro, ao senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação e aos grupos parlamentares da Assembleia da República. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - VOTO DE SAUDAÇÃO – 50 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA.-----

---A Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976, celebra agora cinquenta anos. É um dos principais símbolos das conquistas da Revolução de Abril de 1974, que pôs fim à ditadura e devolveu a liberdade ao povo português.-----

---A Constituição consagra direitos fundamentais como a igualdade, a liberdade de expressão, o direito à saúde, à educação, ao trabalho com direitos, à segurança social, à cultura e ao desporto - pilares essenciais da nossa democracia. -----

---Define também o papel do Estado e valoriza o poder local democrático, reconhecendo a importância das freguesias e dos municípios na resposta às necessidades das populações. -----

---Ao longo destas décadas, as autarquias locais tiveram papel decisivo na melhoria das condições de vida, muitas vezes para além dos meios que lhes foram atribuídos. -----

---No entanto, o poder local tem sido alvo de limitações à sua autonomia, seja pelo subfinanciamento, pela transferência de responsabilidades sem os meios adequados, pela não concretização da regionalização ou por processos impostos às populações, como a extinção de freguesias. -----

---Defender o poder local é defender melhores serviços públicos, mais proximidade e mais qualidade de vida. É também cumprir a Constituição. -----

---Assim, a Assembleia Municipal, reunida ao dia de hoje, delibera aprovar um voto de saudação dos cinquenta anos da Constituição da República Portuguesa, reconhecendo o fundamental papel dos deputados à Assembleia Constituinte e a importância da Constituição na consolidação da democracia em Portugal, com particular destaque para os direitos à habitação, saúde, educação, proteção social e cultura, conforme o artigo sessenta e cinco da Constituição da República Portuguesa. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Muito rapidamente, de forma muito telegráfica, até porque só tenho sete segundos. -----

---Senhor Presidente, nós vamos votar, o grupo municipal do Chega vai votar favoravelmente todos os votos, menos os da CDU. Gostaria, no fundo... só mais dez segundos, por favor. Relativamente ao assunto que trouxe aqui a minha companheira Teresa Borges, sobre a Escola Benjamim Salgado, é um facto. É verdade, senhor Presidente. E ele é um apoiante seu. Eu faço-lhe um apelo: ponha este senhor na ordem. Encoste-o à parede, porque ele está a fazer um trabalho, está a omitir crimes, está a omitir situações. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Senhor deputado, peço-lhe que colabore com a mesa, terminou o seu tempo já há alguns segundos.-----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - Está a omitir situações, enfim, que estão a levar a um extremo e está a ofender toda uma comunidade escolar - alunos, professores, pais. E nós já trouxemos aqui este problema à Assembleia Municipal. -----

---JORGE COSTA (PS) - Telegraficamente, não há ideologia nem política que nos divida - Votos de pesar, todos a favor e, portanto, sejam as pessoas do PS, do PSD, é sempre bom honrar a memória daqueles que colaboraram com a comunidade. -----

---Voto de congratulação do PS - vamos votar a favor. -----

---Voto de saudação do PS - vamos votar a favor. -----

---Vamos votar a favor o voto da habitação do CHEGA, ainda que relembrando a necessidade e o desinvestimento na habitação social. Os municípios devem promover a habitação social e o Chega parece que não se lembra disso. Bom, mas vamos votar a favor. -----

---Vamos abster na questão das câmaras - isto passa aqui pra cinquenta e sete câmaras. Não percebemos como, qual é a que propósito este número e lembramos ao CHEGA que vá ver um filme do Charlie Chaplin, “Tempos Modernos”, em que ele andava ali de volta das rodas e assim e assim ficava todo enroscado nas rodas, porque aqui estamos a fazer o Big Brother, assim tal não temos um espaço nesta comunidade. Isto tem de ser ponderado e eu gostava... o PS quer ouvir a Câmara primeiro para dar o aval, o aval a uma coisa destas. -----

---Voto de protesto do CHEGA - nós não fazemos julgamentos na praça pública. Não tivemos oportunidade de ouvir o contraditório do visado e ainda que dando o benefício da dúvida de que o CHEGA diga: "É verdade ou possa ser", não há julgamentos na praça

pública com o PS. E, portanto, teremos forçosamente que nos abster pela falta. Peço só mais uma tolerância à mesa.-----

---Da inteligência Artificial da Iniciativa Liberal - também vamos abster, recomendando também à Iniciativa que veja o “Tempos Modernos” do Chaplin, que não se enrosque só nestas rodas. Nunca o homem seja substituído pelas máquinas em tudo que faz. Senão, assim que tal acabamos a citar, como aconteceu há dias na relação, citar acórdãos que não existem, não é? E, portanto, cuidado também, a inteligência artificial está a dar os primeiros passos, é uma coisa que a Câmara tem que consolidar, porque é a vida das pessoas que está em causa. Vamos abster. -----

---Sobre a questão do IMI - aqui vamos abster também, porque é perfeitamente extemporâneo. A Lei das Autarquias Locais até indica os momentos em que isso deve ser feito. Nós sabemos e conhecemos a quimera da IL de liderar a oposição, mas neste aspeto não ficava nada mal à IL abandonar essa ideia, que é um sonho tonto ou meio tonto e seguir o CHEGA, o PS e a CDU que há anos defendem isto nesta Casa. Portanto, eu sei que vocês querem mostrar em bicos dos pés, mas calma, calma! Portanto, vamos abster.

---Direito da CDU, a Moção das vias férreas - nós vamos votar a favor, ainda que... porquê? Porque aqui se diz que a intenção é de privatizar linhas. Se é isso, votamos a favor, mas se for serviços, como é, por exemplo, na E-Redes, na EDP, há um mercado concorrencial, nós não estamos contra o mercado e queremos deixar este reparo, apesar votarmos a favor.-----

---Pela Constituição - a favor.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Por uma questão de justiça, explicarei à Assembleia Municipal que o senhor deputado Jorge Costa teve alguma tolerância a mais por uma questão muito simples: o Partido Socialista apresentou um voto de pesar pelo falecimento de Amável

Barbosa dos Santos, que foi Presidente da Junta e, portanto, membro por inerência da Assembleia Municipal, de acordo com a última alteração do regimento aprovada na reunião da Assembleia Municipal do dia 29/11, alínea c do número dois do artigo cinquenta e nove, a leitura dos votos de pesar alusivos ao falecimento de atuais ou antigos membros da Assembleia Municipal eleitos direta ou indiretamente não contam para o tempo e, portanto, tratou-se de uma questão de justiça. A César o que é de César. -----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Relativamente aos... também vou tentar ser o mais breve possível. Relativamente aos votos de pesar pelo falecimento de Amável Barbosa dos Santos, ex-presidente da Junta de Brufe, Carlos Macedo, mais conhecido por Carlos Macedo, pelo Joaquim, o Joaquim Barreiras e também pelo Carlos Bernardino Rebelo da Silva, obviamente que estaremos a favor e subscrevemos integralmente estes votos, demonstrando o nosso luto e a perda que é destas pessoas que muito fizeram pela sociedade e prestaram um serviço público que lhe será reconhecido eternamente. -----

---Relativamente ao voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista relativamente ao árbitro de futebol João Pinheiro, também votaremos a favor. -----

---Relativamente ao jovem que teve uma conquista de uma medalha de ouro no Open Belgium WAKO o jovem atleta Mateus Soares, obviamente seremos a favor. -----

---Relativamente agora aos votos do CHEGA, voto de protesto do Partido Chega. Relativamente e embora tendo aqui... reconhecendo que alguns destes considerandos são gravíssimos, o respeito na escola tem que ser absoluto e tem que ser obviamente defendido por todos nós. Estamos aqui também para prestar esse serviço enquanto cidadãos. -----

---Agora, enquanto deputados municipais, enquanto Câmara Municipal, ainda por cima com os considerandos que aqui temos, tratando-se de matéria que veio aqui o senhor deputado do CHEGA garantir que seria verdade, mas não é de conhecimento sequer

público, e tendo aqui alguns considerandos que nada de relevante trazem a esta matéria, iremos votar contra por imprecisões.-----

---Relativamente ao outro voto do Partido CHEGA, julgo concretamente numa proposta de recomendação no sentido de alterar o regulamento de apoio municipal de apoio ao arrendamento, compreendemos estes considerandos. No entanto, as regras e aquilo que é a fórmula para a atribuição do apoio à renda, podem, e neste caso existem famílias parentais e tem que ser todas estas regras de atribuição de apoios têm que ser, obviamente, apoiadas de uma forma objetiva. É óbvio que existem muitas destas situações que levam a dramas familiares, a disputas não desejadas, mas podem não levar a uma carência financeira. Uma família monoparental pode ter muito mais condições, e estas atribuições são baseadas no IAS, pode ter muitos mais condições relacionadas... muito menos condições do que uma monoparental.-----

---E relativamente a esta matéria, eu julgo que, pretendendo mitigar, podemos estar aqui a abrir um caminho talvez um pouco à discricionariedade ou à eventualmente uma discriminação positiva que não é devida, que não é devida porque se trata de dificuldades financeiras. Dificuldades financeiras. Muito bem, mas nós somos a Câmara de Famalicão e entendemos que todas as pessoas devem ser tratadas de uma forma muito igualitária e com o propósito de se atribuir este apoio a quem realmente precisa. E, obviamente, tratando-se desta situação, não serão seguramente os mesmos unicamente os apoios da Câmara Municipal com que estas famílias podem contar. Portanto, iremos votar contra.

---Relativamente à moção da CDU contra a privatização do transporte ferroviário, por aquilo que temos como basicamente certo, é que a privatização neste tipo de serviços traz bons resultados, traz utentes mais satisfeitos, traz valores mais justos e traz uma dívida e eventualmente poderá mitigar uma dívida que é absolutamente astronómica e indecente da CP Portugal há muitos anos. Portanto, iremos votar contra. -----

---Como não podia deixar, relativamente ao voto de saudação dos cinquenta anos da Constituição da República Portuguesa, que a senhora deputada veio aqui propalar como o grande documento da liberdade, o texto de 76, se quisessem aqui associar a revisão de 82, concretamente, e a revisão de 89, mereceu por parte do meu partido o voto contra, porque não expressava a liberdade. O artigo segundo da Constituição da República Portuguesa em 76 falava no Estado democrático e no caminho para o socialismo. Isso não é liberdade, não é liberdade de escolha. Nós preferimos a outra redação que tenho hoje, que é o Estado democrático baseado na soberania popular, no respeito pelos direitos fundamentais, na separação de poderes, na democracia económica, social e cultural e também política. Cada um tem o direito de expressar e de ter as ideologias que pretende. Isso é que é a verdadeira liberdade. Portanto, se eventualmente não colocar aqui a revisão de 82 e 89, que não fazem cinquenta anos, como é óbvio, iremos votar contra. -----

---Relativamente ao voto de recomendação para a implementação e ativação imediata do sistema de videovigilância, eu compreendo tudo aquilo que está dito, as preocupações, mas é impossível, porque a competência não é da Câmara. E também respondo já agora aqui a talho de foice ao senhor deputado Jorge Costa, as cinquenta e sete câmaras não foi ideia da Câmara, foi feita pela entidade competente. A entidade competente que é o Comando Distrital da PSP de Braga veio cá fazer um estudo muito demorado, muito atento, porque obriga a que estejam a cinquenta metros de qualquer campo de visão uma janela para não pôr em causa a privacidade das pessoas, tudo isso -----

--- E por esse mesmo motivo, são as cinquenta e sete câmaras, foi aquilo que eles referiram. Não podemos colocar as doze câmaras e o investimento que está já realizado, embora o senhor presidente da Câmara, eu participei em algumas reuniões com ele, por ele ligava o botão no dia a seguir e dizia isto ao seu comandante distrital da Polícia de Segurança Pública que ficava em pânico, como é óbvio. -----

---Relativamente ao resto, quanto à alarmística e às máscaras, neste momento, a informação que tenho é que a própria Comissão de Proteção de Dados já está a fazer com que sejam implementadas essas tecnologias nas câmaras de videovigilância. No Porto, por exemplo, já existem estas máscaras completamente seccionadas pela inteligência artificial.-----

---Ora, falando em inteligência artificial, não podíamos deixar de nos referirmos quer à moção de recomendação e redução da taxa de IMI para o mínimo legal de zero trinta, são aqui dadas certezas. O senhor deputado e a Iniciativa Liberal geralmente é um partido de certezas. Tenho a certeza.-----

---Tenho a certeza que não há afetação de qualquer tipo ou nem constrangimentos orçamentais na Câmara Municipal, tenho a certeza que há 1,9 milhões de euros são mal gastos, tenho a certeza relativamente aos números, não discuto, porque seguramente foi consultá-los, são os certos. Mas nós como não temos todas estas certezas e como sabemos que o Apoio à Renda, a Casa Feliz, a Ação Social, envolvem despesa, essa receita não cresce nem em árvores, nem se vende, nem a Câmara comercializa nada que lhe permita ter uma receita flutuante e que permita fazer despesa com esses programas que são muito bem-vindos. E existem já algumas isenções relacionadas com o IMI. As pessoas que têm dificuldades estão isentas. E, portanto, nós como não tínhamos certezas, as certezas que são profícuas do lado da IL, não votaremos a favor.-----

---Relativamente à modernização do licenciamento urbanístico com inteligência artificial, não sabemos. Porquê? Porque tenho aqui aquilo que eu considero uma pequena contradição. No número um diz: "Elabore e apresente à Assembleia Municipal um plano de modernização do licenciamento urbanístico" e depois "estude a utilização da inteligência artificial para apoio e análise preliminar de conformidade com os regulamentos municipais devidos".-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Peço que conclua, senhor deputado, por favor.-----

---RICARDO MENDES (CDS) - Irei concluir, brevemente. Portanto, relativamente a esta matéria, os funcionários da Câmara estão preparados para fazer frente a estas ferramentas. Quanto é que custa uma ferramenta deste género para a Câmara? Qual é o valor?-----

---A complexidade de colocarmos, porque há processos de análise, há legalizações, há vários processos. E relativamente a esta matéria, há uma coisa que eu disse na última assembleia de freguesia que tive, que é: o conhecimento permite-nos saber que o tomate é um fruto, mas também só a experiência e aquilo que conseguimos ver é que nos permite não colocar o tomate na salada de fruta. -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Também para fazer uma declaração de voto. A Iniciativa Liberal votará favoravelmente os votos apresentados neste púlpito com exceções. Votaremos contra o voto do Chega sobre videovigilância. Votaremos contra a moção da CDU sobre a ferrovia e vamos abster-nos no voto da moção da CDU e nos restantes dois votos apresentados pelo Chega. -----

---Sobre a videovigilância, a nossa posição é clara: somos contra a normalização da vigilância permanente do espaço público. A segurança é essencial, sim, mas a liberdade individual também é. E para a Iniciativa Liberal, o Estado não deve tratar os cidadãos como potenciais suspeitos, filmar permanentemente quando circulam na sua cidade. A função do Estado é proteger direitos, não vigiar preventivamente toda a população e não aceitamos que se use a segurança como argumento pra habituar os cidadãos a viver debaixo de câmaras. Hoje são doze câmaras, amanhã são cinquenta e quatro, depois será sempre mais uma, mais uma praça, mais uma justificação. Esta lógica tem um risco evidente. O excecional torna-se normal, o temporário torna-se permanente e a liberdade

vai sendo reduzida em nome da segurança. Isto não é o Big Brother, senhores deputados.

Por isso, votaremos contra. -----

---Na moção da CDU sobre a ferrovia, também votaremos contra. A CDU transforma a mobilidade numa guerra ideológica contra privados. Para nós, o critério não é só se o operador é público ou privado. O critério é se serve bem os cidadãos. Mais comboios, melhores horários, maior frequência, preços justos e fiscalização exigente. Quanto aos restantes votos do CHEGA, vamo-nos abster, como já disse, e a nossa... -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Senhor deputado, não se importa? Senhores deputados, o Senhor deputado está a usar da palavra, não estou a perceber qual é o problema. Deixem-no, por favor, acabar, depois terão a oportunidade de se pronunciar se tiverem tempo, está bem? Muito obrigado. Pode continuar, senhor deputado. -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Para concluir, Senhor Presidente, a nossa opinião é simples: liberdade individual sim e serviços que funcionem e menos dogmas. -----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) – A primeira nota é para expressar a dificuldade que eu julgo que todas as direções de bancada tiveram para analisar os catorze votos, alguns deles até com alguma densidade do ponto de vista descritivo e do ponto de vista de análise, e não é fácil. As coisas são como são e nós vamos naturalmente fazer o ato nas condições em que ele tem que ser feito. Nesse contexto, dizer que, naturalmente, como já aqui também já foi referido, iremos acompanhar todos os votos de pesar: Carlos Macedo, Joaquim Peniche Barreiras, do Senhor Carlos Bernardino Rebelo da Silva, do Amável Barbosa dos Santos, associando-nos naturalmente ao pesar das famílias, endereçando às mesmas e aos amigos as nossas sentidas condolências.-----

---Iremos acompanhar favoravelmente os votos de saudação ao árbitro de futebol João Pinheiro, e o voto de congratulação ao Mateus Soares. Isto de não trazer óculos e depois me aperceber que a letra é tamanho dez, leva também a essas dificuldades também agora.

---Iremos votar favoravelmente o voto de saudação dos cinquenta anos da Constituição da República sem, no entanto, não deixar de notar que nós não acompanhamos em absoluto os considerandos. E não acompanhamos os considerandos, nomeadamente naqueles que faz referência ao poder local, porque achamos que o poder local também tem sido objeto de avanços, de avanços, de autonomia, e não apenas aqueles que são descritos.-----

---E aproveitamos igualmente para, neste voto, que é de saudação aos cinquenta anos da Constituição da República, sinalizar os dois deputados à Assembleia da República constituintes. Um deles é o Carlos Bacelar, que foi exatamente presidente da Assembleia Municipal, eleito pelo Partido Social Democrata, e o Jerónimo Pereira, do Partido Socialista.-----

---Iremos votar contra a moção que tem a ver contra a privatização dos transportes ferroviários pelo direito à mobilidade, por uma razão muito simples: o PCP, sem qualquer novidade, sem surpresa pra ninguém, quer serviço estatal. Quer serviço estatal. Não quer saber da qualidade do serviço, quer é que o serviço seja estatal. Pouco lhe importa a qualidade desse serviço. Pois bem, para nós é completamente diferente. Nós queremos serviço público e serviço público de qualidade, seja ele prestado pelo Estado ou pelo privado. Daí que não temos qualquer problema com eventual privatização nem das linhas, nem da CP no seu todo. -----

---Iremos votar contra a moção ou a recomendação de modernização do licenciamento urbanístico com inteligência artificial para aumentar a oferta de habitação. Nós até percebemos que se possa recomendar à Câmara que elabore um plano de modernização

do licenciamento urbanístico com recurso a ferramentas digitais e de inteligência artificial, sem qualquer problema. Mas nós não podemos entrar no detalhe que entra esta proposta nos números que seguem, muito menos aprovar medidas cuja legalidade é no mínimo duvidosa, tipo aquela de que criar um sistema de classificação e priorização dos processos por tipologia. Tudo isto com base em inteligência artificial, que irá dizer que a sua casa do cidadão A é menos prioritária que a do cidadão B, que o armazém industrial do cidadão A é menos prioritário que o do cidadão B, como se os processos de licenciamento urbanístico, salvo naqueles casos expressamente previstos na lei ou em regulamentação própria, que se imponha uma determinada priorização. Os cidadãos têm direito, de facto, todos eles, à urgência nos seus andamentos, seus processos de licenciamento. -----

---Mais a mais, o partido da Iniciativa Liberal até diz que quer que se defina metas anuais de redução dos tempos de resposta. Provavelmente nem saberá quais são. -----

---Iremos votar contra também a moção de redução da taxa do IMI. Não porque sejamos contra a redução da taxa do IMI, já o fizemos duas vezes nos últimos três anos. Duas vezes, eventualmente poderemos vi-lo a fazer no futuro. Agora, o que a Iniciativa Liberal quer é iniciar um debate fora do tempo. É que este debate vai ter lugar sim, no mês de outubro ou novembro deste ano, mas a Iniciativa Liberal quer iniciá-lo agora. Mas isso não é o pior. O pior é quer iniciá-lo e quer condicionar o debate que haveremos de ter no mês de novembro do corrente ano, impondo um conjunto de obrigações a esse debate relativamente à Câmara Municipal, que obviamente não tem qualquer cobertura legal.--

---Iremos votar contra a proposta de recomendação do Chega no sentido de alterar o regulamento de programa municipal de apoio ao arrendamento. -----

---O que o Chega nos propõe é que se conceda prioridade no apoio ao arrendamento às famílias monoparentais. E parte do pressuposto que todas elas têm as mesmas

necessidades. Generaliza. Ou seja, as famílias monoparentais por si só devem ser logo objeto de uma discriminação positiva. Errado. Errado. Há famílias monoparentais que devem ser priorizadas e há famílias monoparentais que não têm qualquer grau de priorização. E por isso é que nós nos seguimos aquilo que é o IAS, ou seja, o indexante do apoio sociais, porque é aquilo que efetivamente garante maior justiça na atribuição desses mesmos apoios. -----

---Iremos votar contra também a recomendação do Chega sobre a ativação imediata do sistema de vigilância. Não porque sejamos contra como a Iniciativa Liberal da vigilância, não apenas para, enfim, é, acompanhamento da situação do trânsito, mas também para questões de segurança. É de facto o preço a pagar se queremos ter segurança na nossa cidade e no nosso concelho. -----

---Mas por que que votamos contra? -----

---Votamos contra porque de facto esse processo de licenciamento está em curso. O pedido foi feito quer à Comissão Nacional de Eleições, quer à PSP Nacional e naturalmente tem que aguardar a devida autorização. Não pode ser de outra forma. Dizer: "Nós queremos que se faça nestes termos", algo que está a correr, é do nosso ponto de vista precipitado. -----

---Iremos também votar contra o voto de protesto do Chega relativamente a acontecimentos que nós não sabemos se aconteceram, mas mesmo admitindo que eles tenham acontecido, a verdade é que este voto, este voto de protesto faz insinuações gravíssimas sobre o comportamento de uma direção escolar, faz ligações que são absolutamente inaceitáveis e que nada têm a ver com o objeto que estamos aqui a discutir, que é a segurança das crianças, faz ou suscita suspeições dirigidas a uma personalidade e que são de todo inaceitáveis e ainda por cima, como se isso não bastasse, faz exigências que atentam contra a autonomia das escolas. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** – Hoje ficou clara uma escolha política. A Iniciativa Liberal apresentou duas propostas: baixar o IMI para a taxa mínima zero trinta por cento em 2027 e modernizar o licenciamento urbanístico com tecnologia e inteligência artificial para aumentar a oferta da habitação. Uma proposta aliviava diretamente as famílias, a outra atacava uma das causas do preço das casas: a burocracia, a lentidão dos licenciamentos. -----

---O PSD vota contra as duas. Ou seja, quando é para aumentar as chefias, aumentar a máquina, aumentar a despesa permanente, há disponibilidade. Mas quando é para baixar os impostos sobre casa das famílias, já não há margem. -----

---Quando é para modernizar o urbanismo, acelerar processos e ajudar a pôr mais casas no mercado, também não há vontade. Esta é a diferença. A Iniciativa Liberal escolhe menos impostos, menos burocracia e mais habitação. O PSD escolhe manter a receita, manter a máquina e manter o bloqueio. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Hoje ficou muito claro nesta Câmara que afinal não temos apenas um partido populista, temos dois partidos populistas. A Iniciativa Liberal hoje conseguiu superar o CHEGA naquilo que é demagogia e o populismo. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Peço desculpa, senhora deputada, não tinha percebido que a senhora deputada tinha pedido a palavra.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Não faz mal, senhor Presidente, eu já tinha pedido à senhora deputada, percebo a vossa dificuldade de olhar um bocadinho mais para o lado esquerdo, mas...-----

---Relativamente aos votos de pesar, naturalmente que a CDU vai votar a favor a todos os votos apresentados.-----

---Voto de saudação aos atletas também.-----

---Relativamente à proposta de recomendação do regulamento do programa municipal de arrendamento, a proposta do CHEGA, votaremos a favor. -----

---Relativamente à recomendação do sistema de videovigilância, também proposta do CHEGA, a CDU tem muitas reservas no que toca à videovigilância. Entende que deve existir aqui um equilíbrio entre a segurança e a privacidade e não somos a favor do uso generalizado e indiscriminado, muito menos com o recurso à inteligência artificial. ----

---Nomeadamente também aqui a proposta da Iniciativa Liberal, votaremos pela abstenção em ambas.-----

---No que toca também à inteligência artificial para a oferta da habitação, entendemos que a proposta apresenta aqui um conjunto de problemas, mas nenhuma solução em concreto, às vezes até um bocadinho confusa e, portanto, até recomendaria ao senhor deputado, se pudesse simplificá-la para também esclarecer, que creio que também levantou aqui algumas dúvidas nos restantes grupos parlamentares e, portanto, para já, tal e qual como ela é apresentada, votaremos pela abstenção.-----

---No que toca à taxa de IMI, o senhor deputado Jorge Costa também aqui já disse, acho que o senhor deputado está-se a adiantar a uma discussão que iremos tê-la mais à frente e, portanto, hoje optaremos pela abstenção.-----

---O voto de pesar também proposta aqui do PSD, votaremos a favor. -----

---As nossas, naturalmente, a favor. -----

---Deixei para o último voto de protesto do Partido CHEGA, porque enquanto docente agradeço a preocupação daqui do partido CHEGA, mas vamos votar contra. Há entidades competentes que estão a acompanhar a situação e não temos elementos e competências suficientes para a Assembleia Municipal se pronunciar sobre este assunto.-----

---A senhora deputada também fala aqui de uma divulgação pública e transparente de dados. Eu queria recordar à senhora deputada que há dados que demonstram qual é o

partido que apela à violência e ao ódio. E enquanto docente, agradeço essa preocupação, quer minha, quer dos meus colegas de profissão, mas ficaria muito mais agradecida que partidos e deputados e vereadores, não só desta Casa, mas de outra Casa, não apelasse ao ódio e à violência, nomeadamente nas suas redes sociais. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Muito obrigado, senhora deputada. Renovando as desculpas e bem sabendo a senhora deputada que na condução dos trabalhos a Mesa não tem qualquer problema em olhar para a esquerda, deve admitir também a Mesa que Vossa Excelência esteve bem e obrigado pelo momento de descontração, que também é preciso.-----

---Não se registam mais inscrições?-----

---Muito bem, vamos então passar às votações. Os votos serão votados pela ordem que foram apresentados no púlpito. -----

---Bem sabendo a Mesa, até porque já foi assim enunciado pelos partidos que o primeiro voto, o voto de pesar, será aprovado por unanimidade, pedimos que a votação seja feita por filas apenas para confirmar a fixação do quórum.-----

---VOTO DE PESAR DA JUNTA DE FREGUESIA DE LOUSADO PELO FALECIMENTO DE CARLOS MACEDO -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR DA JUNTA DE FREGUESIA DE LOUSADO PELO FALECIMENTO DE CARLOS MACEDO, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE.-----

---VOTO DE PESAR DO PARTIDO SOCIALISTA PELO FALECIMENTO DE JOAQUIM PENICHE BARREIRAS-----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR DO PARTIDO SOCIALISTA POR JOAQUIM PENICHE BARREIRAS, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

---VOTO DE PESAR DO PARTIDO SOCIALISTA PELO FALECIMENTO DE CARLOS BERNARDINO REBELO DA SILVA -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR DO PARTIDO SOCIALISTA PELO FALECIMENTO DE CARLOS BERNARDINO REBELO DA SILVA, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

---VOTO DE SAUDAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA AO ÁRBITRO DE FUTEBOL JOÃO PINHEIRO -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE SAUDAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA AO ÁRBITRO DE FUTEBOL JOÃO PINHEIRO, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

---VOTO DE CONGRATULAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA AO ATLETA MATEUS SOARES -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA AO ATLETA MATEUS SOARES, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

---VOTO DE PESAR DO PARTIDO SOCIALISTA PELO FALECIMENTO DE AMÁVEL BARBOSA DOS SANTOS -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR DO PARTIDO SOCIALISTA PELO FALECIMENTO DE AMÁVEL BARBOSA DOS SANTOS, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

---PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO CHEGA NO SENTIDO DE ALTERAR O REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO CHEGA NO SENTIDO DE ALTERAR O REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO, FOI O MESMO REJEITADO COM OS VOTOS CONTRA DO PSD, DO CDS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM OS VOTOS A FAVOR DO PS, DO CHEGA E DA CDU E A ABSTENÇÃO INICIATIVA LIBERAL. -----

---VOTO DE RECOMENDAÇÃO DO CHEGA PARA A IMPLEMENTAÇÃO E ATIVAÇÃO IMEDIATA DO SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA URBANA COM TECNOLOGIA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA ANONIMIZAÇÃO TOTAL DE IMAGENS, CUMPRIMENTO DO RGPD E DESBLOQUEIO DO SISTEMA JÁ INSTALADO-----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO DO CHEGA PARA A IMPLEMENTAÇÃO E ATIVAÇÃO IMEDIATA DO SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA URBANA COM TECNOLOGIA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA ANONIMIZAÇÃO TOTAL DE IMAGENS, CUMPRIMENTO DO RGPD E DESBLOQUEIO DO SISTEMA JÁ INSTALADO, FOI O MESMO REJEITADO COM OS VOTOS CONTRA DO PSD, DO CDS, DA INICIATIVA LIBERAL, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DO PS E O VOTO FAVORÁVEL DO CHEGA.

---VOTO DE PROTESTO DO PARTIDO CHEGA SOBRE A GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PROTESTO DO PARTIDO CHEGA SOBRE A GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA VOTO DE PROTESTO DO PARTIDO CHEGA SOBRE A GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA, FOI O MESMO REJEITADO COM OS VOTOS CONTRA DO PSD, DO CDS, CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DO PS E DA INICIATIVA LIBERAL E O VOTO FAVORÁVEL DO CHEGA.-----

---MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DA INICIATIVA LIBERAL PARA MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO URBANÍSTICO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA AUMENTAR A OFERTA DE HABITAÇÃO. -----

---POSTO À VOTAÇÃO A MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DA INICIATIVA LIBERAL PARA MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO URBANÍSTICO COM

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA AUMENTAR A OFERTA DE HABITAÇÃO, FOI O MESMO REJEITADO COM OS VOTOS CONTRA DO PSD, DO CDS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DO PS E DA CDUE OS VOTOS FAVORÁVEIS DO CHEGA E DA INICIATIVA LIBERAL.

---MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DA INICIATIVA LIBERAL PARA REDUÇÃO DA TAXA DE IMI PARA O MÍNIMO LEGAL DE 0,3% EM 2027 -----

---POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DA INICIATIVA LIBERAL PARA REDUÇÃO DA TAXA DE IMI PARA O MÍNIMO LEGAL DE 0,3% EM 2027, FOI O MESMO REJEITADO COM OS VOTOS CONTRA DO PSD, DO CDS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DO PS E DA CDU E OS VOTOS A FAVOR DO CHEGA E DA INICIATIVA LIBERAL.-----

---VOTO DE PESAR DO PSD PELO FALECIMENTO DE JOAQUIM PENICHE BARREIRAS-----

---POSTO À VOTAÇÃO VOTO DE PESAR DO PSD PELO FALECIMENTO DE JOAQUIM PENICHE BARREIRAS, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE.-----

---MOÇÃO DA CDU CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO PELO DIREITO À MOBILIDADE -----

---POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO DA CDU CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO PELO DIREITO À MOBILIDADE, FOI O MESMO REJEITADO COM OS VOTOS CONTRA DO PSD, DO CDS, CHEGA, INICIATIVA LIBERAL E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, VOTOS FAVORÁVEIS DO PS E DA CDU. -----

---VOTO DE SAUDAÇÃO DA CDU PELOS 50 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA-----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE SAUDAÇÃO DA CDU PELOS 50 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DO PSD, DO PS, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, VOTOS CONTRA DO CDS E DO CHEGA E A ABSTENÇÃO DA INICIATIVA LIBERAL.-----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Pelos votos aprovados por unanimidade, os votos de pesar pelo falecimento de Carlos Macedo, Joaquim Peniche Barreiras, Carlos Bernardino Rebelo da Silva e Amável Barbosa dos Santos, a Assembleia Municipal cumprirá um minuto de silêncio. -----

-----ORDEM DO DIA-----

---PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -
Permitam-me aqui algumas informações que considerámos relevantes trazer para esta

Assembleia Municipal, nomeadamente uma que concerne à GNR de Vila Nova de Famalicão, como é sabido, é um dos défices, felizmente não temos muitos, mas este é um dos défices que assumimos que existe em Vila Nova de Famalicão. Eu tenho dito, sabemos bem que também não é competência das Câmaras Municipais tratar das condições das forças de segurança, mas nós aqui em Famalicão estamos muito envolvidos nesse processo, tal como sucedeu com a Polícia de Segurança Pública, estamos a fazê-lo com a GNR.-----

---Como sabeis, presumo, porque foi notícia, estive cá o senhor Secretário de Estado da Administração Interna, o Dr. Telmo Correia, e com a sua presença assinámos dois contratos interadministrativos, um no valor de quatrocentos mil euros, outro no valor de sessenta e um mil euros, para que nós possamos, no caso do posto da GNR de Joane, resolver um problema de infiltrações que fica resolvido com esta intervenção. E no caso da GNR de Famalicão, vamos resolver parcialmente o défice porque não se trata de uma situação definitiva, mas conferir melhor condição àquele posto muito degradado, com muitos défices associados, como presumo que sabeis, mas estes quatrocentos mil euros... que já abrimos o procedimento concursal para desenvolvermos a empreitada irá atenuar, e digamos estes défices. Claro está que nós mantemos a estratégia que temos para a GNR de Famalicão e já agora também para a GNR de Riba de Ave. -----

---Uma informação também pertinente, trata-se de educação, mais uma escola que começou a sua obra, a escola EB1 de Seide, no valor de 1,3 milhões de euros, cuja obra começou e esperamos que daqui a um ano esteja. -----

---Outra informação muito pertinente, trezentas e cinquenta e seis bolsas de estudo foram entregues aos estudantes famalicenses do ensino superior num valor que ascende a mais de duzentos mil euros.-----

---O apoio à renda começou também. Este apoio muito importante para as famílias famalicenses.-----

---Na candidatura maior tivemos trezentos e cinquenta e oito beneficiários, mas como sabeis alterámos há dois anos atrás o respetivo regulamento por forma a que as famílias se possam candidatar a todo o tempo e, portanto, para os meses de janeiro e fevereiro já foram incorporadas mais catorze famílias, o que perfazem neste momento trezentas e setenta e duas famílias, cujo valor para estas trezentas e setenta e duas famílias será na casa dos quatrocentos mil euros.-----

---Do ambiente, uma nota que quero aqui deixar, por um lado de felicitações aos famalicenses.-----

---Como é sabido, começámos o novo paradigma de recolha dos resíduos sólidos em Vila Nova de Famalicão, nomeadamente no que concerne aos horários noturnos e o balanço que estamos a fazer, ainda só tem um mês, portanto está no seu início, mas está a correr muito bem e quero aqui agradecer aos famalicenses, pelo facto de nos estarem a ajudar a melhorar a recolha dos resíduos sólidos em geral.-----

---Por outro lado, também iniciámos nas vilas, nas três vilas, a recolha dos biorresíduos, que também está a correr muito bem. E como é sabido, esta questão dos biorresíduos é essencial para que nós possamos reduzir os resíduos sólidos indiferenciados, porque custam cada vez mais dinheiro e a Câmara está a assumir sucessivamente défices enormes para que as famílias famalicenses sejam beneficiadas.-----

---Por outro lado, também indicadores macroeconómicos que entretanto saíram, recentemente, há poucas semanas atrás, que se prendem com aqueles indicadores que são sempre muito importantes para um concelho muito relevante para Portugal e também para a Europa, que são aqueles três principais, entre muitos outros, mas estes três principais,

as exportações que consolidámos o terceiro lugar a nível nacional, a seguir a Lisboa e Palmela, num valor de 2,7 mil milhões de euros. -----

---Também outro dado muito importante, o saldo da balança comercial. Consolidámos o segundo lugar a nível nacional que mostra bem a robustez da nossa economia, sendo que o primeiro, como presumo que sabeis, é Setúbal. -----

---Por outro lado, talvez um dos indicadores mais importantes e que porventura as pessoas dão menos importância: o valor acrescentado bruto nacional. Tivemos aqui um valor que foi gerado de 1.373 milhões de euros e que nos colocou no segundo lugar nacional a seguir a Lisboa, o que mostra bem também a robustez, a consolidação de uma economia como é o caso de Famalicão, como sabeis, presumo, é cada vez mais relevante também no contexto internacional. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Uma câmara pode e deve informar os seus cidadãos, mas não deve usar dinheiro público pra criar uma publicação que parece um jornal, se lê como um jornal, mas não é um jornal. Este é o “efe”, a publicação da Câmara Municipal. Tem capa de jornal, formato de jornal, título de jornal, fotografias, rubricas, entrevistas e notícias. Mas há uma diferença essencial: é pago pelos contribuintes e dirigido pelo poder político. -----

---De um lado, temos um jornal e do outro temos o “efe”. Visualmente a diferença é cada vez menor. Democraticamente, é enorme. Um jornal independente pode fiscalizar a Câmara, pode ouvir a oposição, pode expor falhas. O “efe” não. O “efe” apresenta a narrativa do Executivo com uma aparência de imprensa. E aqui temos um editorial do presidente da Câmara, Mário Passos, e ao lado a rubrica "A Subir", também assinada pelo presidente Mário Passos. Nesta página surgem destacados, primeiro uma vereadora atual do Executivo e também um antigo presidente da Câmara, ambos, curiosamente, ligados ao PSD, que é o partido do poder. -----

---É promoção política com aparência editorial paga por todos os famalicenses. Mas também podemos passar aqui uma página e ver uma página de atualidade com títulos, fotografias, textos e paginação jornalística. Parece jornalismo, mas não há uma independência editorial, não há contraditório político, não há oposição, não há escrutínio real. -----

---Numa democracia local saudável, o poder deve ser fiscalizado por jornais livres, não deve criar o seu próprio jornal pago pelos contribuintes. -----

---Informar os cidadãos é legítimo, mascarar propaganda de jornalismo, senhor Presidente, não é aceitável. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Esperei pelo final, obviamente, da intervenção. O período das informações do senhor Presidente são para informações, são para pedidos de esclarecimento. É evidente que os grupos parlamentares têm que fazer o enquadramento e a contextualização dessas perguntas, mas eu não posso deixar de notar que não foi feita rigorosamente nenhuma pergunta, apenas afirmações.-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Obrigado pela interpelação, senhor deputado. De facto, isto é uma questão que tem sido recorrente em debate, quer em Assembleia Municipal, quer em sede de Comissão Permanente, e acredito agora, não faço parte da Comissão do Regimento, mas acredito que tem sido um tema recorrente e que, em modesta opinião, importa clarificar.-----

---De facto, o ponto da ordem de trabalhos em que estamos é de informações do senhor Presidente da Câmara Municipal. O entendimento da Mesa é que deve ser precisamente para isso, para esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, se ele assim o entender, faça-o ou não, desde que o faça dentro dos termos do Regimento e,

portanto, apela-se às senhoras e senhores deputados que possam assim interpelar o senhor Presidente da Câmara. -----

---Naturalmente que também dentro da latitude que a Mesa tem tido e que penso que é reconhecida por todos, percebo aquilo que o senhor deputado disse, e muito bem, e que a Mesa partilha, que é: não se exige que o senhor deputado chegue ali e faça do nada uma pergunta. Tem todo o direito de fazer o enquadramento, até para quem assiste ao debate perceba qual é o intuito e a proteção do senhor deputado, mas pede-se que pelo menos tentem ter esse cuidado, está bem? -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - relativamente ao anunciado Centro de Atletismo e tendo em conta as recentes declarações de Vossa Excelência e também do presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação quanto ao rumo que este projeto parece estar a tomar. -----

---Ao longo dos anos, esta foi uma reivindicação justa e persistente dos clubes, dos atletas e da comunidade desportiva do concelho. Uma necessidade evidente para garantir melhores condições de treino e desenvolvimento da prática desportiva. No entanto, aquilo que começa a transparecer das intervenções públicas levanta dúvidas legítimas. Estaremos perante um equipamento pensado prioritariamente para responder às necessidades dos atletas e clubes locais ou antes orientado para uma lógica de grandes eventos, espetáculo e possível mercantilização do desporto? -----

---Como bem sabe, temos sido uma voz ativa na reivindicação deste projeto e por isso hoje reconhecemos que o risco de se desvirtuar o objetivo central desta estrutura é real, transformando uma necessidade coletiva numa oportunidade de promoção externa, eventualmente com acesso condicionado. Assim, colocamos a seguinte questão ao senhor Presidente: -----

---Pode o senhor Presidente garantir, de forma clara e inequívoca, que o futuro Centro de Atletismo será, antes de mais, um espaço público ao serviço dos clubes e atletas do concelho, assegurando o acesso regular sem critérios restritivos ou lógicas elitistas e afastando de uma visão predominantemente mercantilista da prática desportiva? -----

---E mais, que compromissos concretos está o Executivo disponível para assumir no sentido de garantir que esta infraestrutura não se afasta do seu propósito essencial, servir o desenvolvimento do desporto local e de base? -----

---Relativamente também ao Estádio Municipal, a situação é ainda mais preocupante. Ao longo dos anos e de forma particularmente intensificada em período eleitoral, assistimos a uma sucessão de anúncios, promessas e projetos que criaram expectativa na população, mas que na prática não tiveram correspondência em avanços concretos. O que temos hoje é um processo marcado por indefinição, falta de transparência e sucessivos recuos. Tal como temos vindo a denunciar, este tipo de condução política não é apenas um problema de gestão, é uma forma de desrespeito para com a população, atletas e todos aqueles que aguardam há demasiado tempo por respostas sérias. Perante este histórico de promessas não concretizadas, importa perguntar de forma clara: -----

---Existe ou não um plano credível para o Estádio Municipal? Ou estamos perante mais um projeto que foi útil em campanha, mas que agora se arrasta sem rumo definido? ----

---E mais, tem o Executivo alternativas concretas, o chamado plano B, C, D, ou continua dependente de uma solução que sucessivamente falha sem assumir responsabilidades políticas por isso? Porque aquilo que está em causa não é apenas uma obra, mas uma credibilidade da própria ação política do Executivo.-----

---Também, senhor presidente, com toda a certeza estaria à espera que hoje o jornal " efe " também fosse tema e também o trazemos aqui à discussão, mas com questões, senhor deputado. -----

---Relativamente à criação e edição do jornal municipal "efe" e considerando as dúvidas públicas já suscitadas quanto à sua natureza, enquadramento e finalidade, a CDU considera que é necessário que esclareça nesta Assembleia não só sobre a necessidade desta publicação, mas principalmente o respetivo fundamento legal, designadamente à luz dos princípios da persecução do interesse público, da imparcialidade e da neutralidade das entidades administrativas consagradas no Código do Procedimento Administrativo.

---Atendendo ao conteúdo da publicação marcado por uma comunicação predominantemente favorável à ação do Executivo, como garante o município cumprimento do dever de pluralismo, rigor informativo e não instrumentalização de recursos públicos para fins de promoção política partidária? -----

---Mais, quem são os responsáveis pela linha editorial, os procedimentos adotados na sua designação, os critérios de seleção e tratamento dos conteúdos, bem como a explicitação dos mecanismos de controle interno e externo que asseguram a conformidade legal deste projeto? -----

---Por fim, consideramos que é necessário a discriminação detalhada dos encargos financeiros associados, desde logo a produção, edição e distribuição, a respetiva cabimentação orçamental e a demonstração da sua necessidade e proporcionalidade face a outros meios de comunicação institucional já existentes.-----

---Senhor Presidente, considerando a importância deste assunto e o habitual procedimento do senhor presidente no que toca a este ponto nas Assembleias Municipais, temos expectativas baixas quanto às respostas, mas ainda assim com o benefício da dúvida, mas avisando desde já, porque consideramos estas mesmas necessárias, e por isso mesmo iremos apresentar estas perguntas também por escrito. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - É uma interpelação à Mesa apenas em defesa da honra. ----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Defesa da honra, senhor deputado. Pode indicar qual foi o motivo, por favor? -----

---JORGE COSTA (PS) - Acabo de ser insultado por um senhor vereador desta casa nas redes sociais por causa do exercício que aqui exercemos. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Foi neste momento, senhor deputado? Senhor deputado, eu vou lhe conceder essa dúvida e dar a palavra ao senhor deputado. -----

---JORGE COSTA (PS) - Senhor Presidente, esta Casa tem de... precisa de democracia. -----

---Intervim há bocado a expor a posição das votações do meu partido. Um senhor vereador republicou uma mensagem com a minha imagem a discursar nesta casa há minutos atrás, com as seguintes afirmações: "Para variar, a palhaçada continua. Já chega de velhos do Restelo." E quem republica isto é um senhor vereador do CHEGA, que é lamentável a todos os custos. -----

---Eu vou mandar isto para Vossa Excelência e peço que aja em conformidade.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Senhores deputados. Obrigado, senhor deputado. Eu pedia, por favor, e não deixa de ser curioso, que tem que ser alguém mais jovem a pedir isto, que todos pudéssemos trabalhar em prol dos famalicenses, mantendo a calma, mantendo o respeito. Ainda, ainda há pouco tivemos, há pouco, há poucos dias, isto não é uma crítica, é um pedido, tivemos a sessão do 25 de Abril em que todos os partidos foram apelar à liberdade, ao respeito, à dignidade na diferença. Tenho a certeza que todos estamos bem recordados disto, que foi há dois dias. Eu peço o favor e a serenidade, até porque aproveito para informar, esta sessão terminará à meia-noite e meia e terá continuidade amanhã. Estamos

a meio de um dia da semana, compreendendo as preocupações de todos os senhores deputados, vereadores, presidentes de junta que aqui estamos, tenhamos a noção de que estamos a trabalhar em prol dos famalicenses e peço que sem mais demoras possamos continuar a fazê-lo. -----

---Agradeço as interpelações, têm todo o direito de as fazer para que os trabalhos decorram com normalidade e com a dignidade que a Assembleia Municipal merece, peço que possamos continuar e se o pudermos fazer, dou a palavra ao senhor deputado António Varela para que dela use. Muito obrigado pela compreensão. -----

---**ANTÓNIO VARELA (PS)** - Quero começar por reconhecer uma coisa bastante simples: os vinte segundos de travessia pedonal na Avenida Marechal Humberto Delgado, junto ao Mercado Nacional, não resolveram tudo, mas já ajudam quem tem mais dificuldade em atravessar aquela estrada. E quando se corrige alguma coisa, isso deve ser feito e deve ser dito, obviamente.-----

---O problema, e é um grande problema, é que logo a seguir regressamos à incompreensível, porque os semáforos da Avenida 25 de Abril, junto à Rua de Santa Maria Madalena e à Estrada Nacional 309 e os da Rua Barão da Trovisqueira com a Rua Adolfo Casais Monteiro continuam desligados. Desligados anos depois. E isto, francamente, já não se percebe.-----

---O Executivo não explica, e isso já é mau. Mas aqui há uma segunda questão que para mim é politicamente mais estranha: a passividade da maioria. Porque a maioria conhece esta situação, tem olhos, vê estes equipamentos, sabe que eles estão instalados e não funcionam. Sabe que houve investimento público, sabe que o problema permanece e ainda assim não se interroga, não questiona, não estranha, não pede explicações, acha normal? É este conformismo que mais surpreende. Tão vigilantes para umas despesas, tão exigentes quanto ao tema do dinheiro público em abstrato, mas perante milhares de

euros instalados em cruzamentos para ficarem desligados, de repente tudo parece aceitável. De repente ninguém vê problema. De repente a obrigação de escutinar transforma-se numa confortável indiferença. -----

---Ora, isto não é normal. Não é normal instalar e não pôr a funcionar, não é normal gastar e depois deixar ao abandono e também não é normal que quem tem responsabilidade de acompanhamento político olhe para isto e escolha o silêncio. Por isso, a pergunta é simples: -----

---Pode o Executivo informar se existem estudos técnicos que fundamentem a instalação destes semáforos e indicar com data certa para quando está prevista a sua entrada em funcionamento?-----

---**ALEXANDRA MOREIRA (PS)** - Trago a esta Assembleia uma preocupação que está a mobilizar os moradores da zona contígua ao loteamento da Rua Francisco António dos Reis, na União de Freguesias de Antas e Abade de Vermoim. -----

---De acordo com a informação tornada pública, encontra-se em curso uma operação urbanística que prevê a construção de vinte e quatro habitações na sequência de uma alteração ao loteamento. Aliás, o próprio edital municipal 202/2025 é claro a referir essa alteração, nomeadamente o aumento do número de fogos de doze para vinte e quatro, o aumento da área de implantação e o acréscimo da área total de construção. -----

---Esta alteração levanta questões fundamentais. Por um lado, os moradores relatam que foram inicialmente confrontados com um projeto de menor dimensão, o que gera um sentimento de falta de clareza e de consistência no processo. Por outro lado, este é talvez o ponto mais crítico, existem problemas já identificados na rede de saneamento básico, com relatos de refluxo de águas residuais para o interior das habitações. Como justifica o aumento significativo do número de fogos numa zona onde as infraestruturas já demonstram fragilidades?-----

---Assim, solicito ao senhor Presidente de Câmara os seguintes esclarecimentos:-----

---Confirma o Executivo que esta alteração cumpre integralmente os parâmetros definidos no PDM e demais legislação aplicável? -----

---Que procedimentos foi adotado para esta alteração ao loteamento e que mecanismos de informação e participação foram assegurados aos proprietários e moradores? -----

---Tem o município conhecimento das falhas existentes na rede de saneamento naquela zona?-----

---Que intervenções estão previstas ou já foram executadas para garantir a capacidade das infraestruturas face a este aumento de carga?-----

---Existem pareceres técnicos que asseguram que esta operação não agravará os problemas de salubridade já reportados? -----

---Senhor Presidente, o desenvolvimento urbanístico é necessário, mas tem de ser feito com planeamento, responsabilidade e respeito pelas populações. Não podemos assentar que aumentem a pressão sobre territórios já fragilizados sem garantir previamente condições adequadas.-----

---Aguardamos, por isso, respostas claras e objetivas. -----

---**RUI CARVALHO (PS)** - Meus caros, sem espalhafato e com questões a colocar, vamos falar também do “efe”. -----

---A fronteira entre a informação institucional e o exercício do jornalismo está a tornar-se perigosamente ténue em Famalicão. O alerta que ecoa agora com particular gravidade aponta para a transformação do aparelho municipal numa estrutura de comunicação paralela desenhada não apenas para informar os munícipes, mas para ocupar e, em última análise, substituir o espaço de imprensa livre e independente. -----

---No epicentro da crítica está o jornal “efe”. O que formalmente se apresenta como um boletim informativo é hoje visto pela oposição e por observadores locais como um

produto que mimetiza o formato jornalístico para servir exclusivamente a agenda de promoção do Executivo.-----

---Esta usurpação de funções é lida sob um prisma de gravidade ética e política assente em três pilares fundamentais: a economia da desigualdade, o primeiro embate é financeiro, enquanto os órgãos de comunicação regionais enfrentam uma crise estrutural lutando para sustentar redações com receitas publicitárias em queda, o município utiliza o erário público para inundar o mercado com uma publicação gratuita. E é uma concorrência desleal, alimentada pelos impostos famalicenses, que retira cota de mercado e relevância a quem tem o dever constitucional de escrutinar o poder. -----

---Do pluralismo à voz única, a questão do conteúdo levanta dúvidas igualmente severas. Especialistas e críticos lembram que um título editado, pago e controlado pelo poder político, dificilmente garantirá o direito do contraditório. Sobre a roupagem do jornalismo, o que emerge é uma narrativa unidimensional que ignora visões alternativas para o concelho, criando aquilo que já se descreve como um deserto informativo. Ao ocupar todo este espectro mediático local, a autarquia corre o risco de silenciar a crítica através da saturação. -----

---As perguntas que aguardam resposta. O Executivo liderado pelo presidente da Câmara enfrenta agora um caderno de encargos direto e exigente em termos de transparência. No centro do debate estão quatro questões fundamentais que o poder local tem evitado esclarecer. -----

---1. A fatura do "Efe"- Qual é o custo real acumulado entre redação, design, impressão e logística, desde o lançamento do título? -----

---Existe algum estudo de viabilidade que sustente este investimento público perante a existência de operadores privados no concelho? -----

---2. O conflito de interesses - Como justifica o município o papel de concorrente direto das rádios e jornais locais, utilizando fundos públicos para fragilizar as empresas que têm como missão escrutinar a própria Câmara? -----

---3. A blindagem editorial - Estará o Executivo disponível para abrir o "efe" a um conselho editorial independente e plural ou o objetivo é manter a publicação como um órgão oficial de propaganda?-----

---Lembro, senhor presidente, que a ERC, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, na Diretiva 1/2008, nos seus artigos oito e 8-A, obriga a que as publicações das autarquias tenham um espaço para as forças políticas eleitas nos órgãos municipais. O problema de espaço não será certamente, uma vez que esta última edição já vem com mais páginas. -----

---4. A prioridade de recursos - Considera a autarquia que a democracia local sai fortalecida ao gastar mais na produção de um jornal próprio do que no apoio transparente à sustentabilidade da imprensa independente? -----

---As respostas do Executivo têm se pautado pela ideia de levar informação aos munícipes. Contudo, para os críticos, a informação institucional fez-se com editais e transparência administrativa. O espelho que a Câmara pretende projetar através do jornal "efe" pode estar a custar caro aos famalicenses, não apenas em euros, mas na própria qualidade da sua democracia. O silêncio retórico agora já não parece ser uma opção viável.-----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Pergunta só, senhor presidente, não foi muitas vezes confrontado aqui nesta Assembleia e mesmo na Câmara Municipal com a atuação da Câmara Municipal junto dos jornais locais, que não eram independentes, que eram todos, manipulados pela Câmara Municipal e hoje, com o aparecimento do "efe", há aqui uma virtude: reconheceu-se a independência dos jornais locais famalicenses. -----

---O jornal "efe", como lhe chamam, o Boletim Municipal "efe", não foi aqui muitas vezes referido e criticado, senhor presidente de Câmara, quer aqui quer na Câmara Municipal, por haver uma edição do Boletim Municipal com conteúdo informativo inúmeras vezes?

---O jornal "efe", aquilo que chama o Boletim Municipal "efe", aquilo que lhe chamam, cada edição do mesmo, pelo que me deu a entender e por aquilo que é a aparência do mesmo, é ou não mais económico do que o Boletim Municipal, que muitas vezes foi aqui ou não foi referido, senhor Presidente, que era feito com papel couché, foi aqui referido até por alguns deputados, até o senhor deputado Jorge Costa até acho que uma vez disse a gramagem do papel, a qualidade dessa impressão, foi ou não foi muitas vezes confrontado com isso? Eram só estas perguntas. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Eu também me vou cingir a meia dúzia, meia dúzia não, duas perguntas que me parecem pertinentes. -----

---Não lhe vou falar nem de estádio, nem de piscinas, nem de centro de atletismo, nem de marchas, nem de buracos, nem de museus, nada disso. Deixe-me começar por lhe dizer que os senhores, todos os vereadores, desde os vereadores que constituem a maioria até os vereadores da oposição, estão a ignorar uma realidade crescente e que qualquer dia não tem mão. Deixe-me avisar. Deixe-me avisar antes de mais e que fique registado e gravado, porque tudo acontece a uma velocidade estonteante, muitas vezes ao arrepio do poder político. -----

---Ainda no sábado, depois da cerimónia do 25 de abril, tive a oportunidade de almoçar com alguns professores e professoras amigas, que todos eles, de vários quadrantes políticos, desde a direita à esquerda, me relataram factos que se os senhores ouvissem diriam: "Não é verdade, não é verdade, isto não é verdade. Isto estão a exagerar", mas eles acontecem. Eles estão a acontecer e enquanto não puserem mão no assunto, não enfrentarem de frente este tipo de assuntos, e estão aqui vários professores, estão aqui

vários professores, e se forem honestos intelectualmente vão-me dar razão. Portanto, este era o primeiro aspeto que eu queria lhe referir relativamente àquela proposta que trouxemos, àquela recomendação, àquela proposta de repúdio do protesto relativamente à escola em Joane, mas também na Camilo Castelo Branco e na D. Sancho I, que são as escolas que eu conheço melhor. Portanto, muita atenção, fica aqui a tomada de conhecimento, se quiserem fazer parte daquilo que se passa na realidade na sociedade famalicense e de uma forma geral na sociedade portuguesa. -----

---Depois também relativamente ao jornal, eu lembro que foi o CHEGA, há dois ou três anos, que trouxe pela primeira vez aqui o problema do financiamento dos jornais. Não sei se se lembra, foi o CHEGA que trouxe aqui pela primeira vez a questão do financiamento dos jornais regionais e do modelo de financiamento, que na realidade não havia nenhum modelo de financiamento. Eles eram, como diz Milei, apenas e somente funcionários públicos, porque eles não tinham forma de se financiar. -----

---E quanto ao jornal, eu tenho duas perguntas para o senhor Presidente que me parecem nesta altura mais daquilo até, daquilo que disseram, quer a IL, quer o PS, perguntar ao senhor Presidente da Câmara se, tal como Pacheco Pereira ou Durão Barroso, se tem algum passado trotskista? Esta era a primeira pergunta. -----

---E depois outra pergunta, a outra pergunta, porque isto é uma atitude típica, é uma atitude típica de alguém de esquerda. O senhor presidente de Câmara pode perfeitamente reconhecer que cometeu um erro, que deu um tiro no pé e toda a gente lhe perdoará e eu serei o primeiro a perdoar-lhe. E, portanto, relativamente à outra pergunta, é que às vezes um líder até competente, até conhecedor dos processos, mas depois está rodeado de meia dúzia de filisteus que o aconselham mal e resulta neste "efe", para não dizer outra coisa, que não tem recebimento, que não tem simpatia da maioria dos famalicenses. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Senhor deputado Ricardo Mendes, os jornais locais são realmente independentes. Senão, não havia liberdade para colocar uma notícia, por exemplo, esta que é: "Em rutura com Mário Passos, Sofia Fernandes afasta-se da campanha do PSD na altura das eleições autárquicas." Por isso, sim, são bastante livres.

---E agora, senhor deputado Jorge Paulo Oliveira, para responder à sua interpelação, faço uma pergunta ao senhor presidente da Câmara. Faço, faço uma pergunta ao senhor presidente da Câmara, que é: se vai continuar a gastar dinheiro público num pseudo jornal municipal sem contraditório ou vai cumprir a diretiva um de 2008, como já foi referida pelo Partido Socialista, nos artigos oito e 8-A, e garantir que na próxima edição vai dar espaço às forças políticas da oposição eleitas? -----

---Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, a Câmara aprovou o novo organograma que aumenta as chefias em 121%. São mais cinquenta e dois lugares de chefia e isto não é uma reforma administrativa, é sim uma máquina municipal a engordar. E convém dizer as coisas sem medo. Quando se duplicam chefias, quando se criam novas unidades, quando se repetem estruturas e quando o impacto financeiro no orçamento municipal ultrapassa os dois milhões de euros, isto tem um nome político e permitam-me, são tachos. E há um exemplo que diz muito: Além do gabinete de apoio à presidência, é criada uma unidade funcional de apoio à presidência. Ou seja, não basta uma estrutura de apoio à presidência, cria-se mais uma. E pelo pouco que já foi possível analisar, há departamentos e unidades que são redundantes com estruturas já existentes. Isto não é simplificação, isto é multiplicação da máquina partidária.-----

---A Câmara fala em eficiência, mas eficiência não é criar mais cargos. Eficiência é reduzir burocracia, é acelerar licenciamentos, é melhorar atendimento, é cortar desperdícios, é servir melhor gastando menos. Sem isso, esta reorganização é apenas tachismo municipal com verniz técnico. E há mais: isto passou com o aval de PS, PSD e

CDS, que aumentam a máquina enquanto falam em boa gestão. Passou com o CHEGA, que fala contra tachos, mas quando é na hora de votar, deixa os tachos passar. E passou com o PS, que se apresenta como oposição, mas é uma oposição de faz de conta. Na hora de defender o contribuinte, PS e CHEGA falharam. Na hora de travar o aumento da máquina municipal, PS e CHEGA deixaram passar. E na hora de escolher entre Famalicense e os lugares de chefia, escolheram o silêncio. A Iniciativa Liberal não escolhe o silêncio. Se há dinheiro para duplicar chefias, há dinheiro para baixar impostos. Se há dinheiro para aumentar a máquina, há dinheiro para aliviar as famílias. Se há dinheiro para mais cargos, há dinheiro para baixar o IMI para taxa mínima. Esta é a diferença. Uns escolhem alimentar a máquina, nós escolhemos defender o contribuinte. Famalicão não precisa de mais chefes, precisa sim de melhores serviços, precisa de menos burocracia, precisa de menos impostos e precisa de uma oposição que diga claramente aquilo que muitos pensam. Isto não é eficiência, isto, e permitam mais uma vez, isto são tachos pagos pelos famalicensenses. -----

---E para uma pergunta também, senhor presidente, como é que justifica aumentar as chefias de quarenta e três para noventa e cinco com impacto superior de dois milhões de euros por ano? -----

---E esta lógica de gestão importa também no espaço público, porque o problema não é apenas a máquina municipal crescer. O problema é que, enquanto a máquina cresce, há problemas concretos no dia a dia dos famalicensenses que continuam por resolver e um deles é o estacionamento. -----

---Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, há duas coisas que estão a acontecer em Famalicão e que não podem ser tratadas como casos isolados: falta de estacionamento funcional e insegurança nos parques públicos. Têm chegado relatos de vandalismo e furtos em viaturas, sobretudo durante a madrugada, com carros danificados e vidros

partidos. A imprensa local tem noticiado episódios recentes de carros vandalizados em Famalicão, incluindo situações com vidros partidos e danos nas portas. E aqui convém ser claro: a Câmara não substitui as forças de segurança, mas a Câmara gere os espaços públicos, gere a iluminação, gere o estacionamento, gere a manutenção, gere o desenho urbano e tem a obrigação de articular uma resposta.-----

---Um parque público não pode ser um sítio onde os famalicenses deixam o carro e voltam para encontrar vandalizado. Ao mesmo tempo, continuamos com um problema evidente de estacionamento. A Câmara anunciou a requalificação do parque junto à estação rodoviária, aumentando a capacidade de setenta e seis para noventa e nove lugares. Mas no terreno os problemas continuam: carros em cima dos passeios, carros nas faixas de rodagem, lugares ocupados por viaturas abandonadas e circulação mal resolvida. E isso mostra uma coisa simples: não basta requalificar um parque e fazer comunicação. É preciso resolver o problema. Se há carros abandonados a ocupar lugares, têm que ser removidos. Se há ruas onde a circulação não funciona, tem que se rever o sentido de trânsito e se há zonas onde as pessoas já estacionam por necessidade, a Câmara deve estudar novos lugares formais, seguros e bem desenhados. E se há furtos e vandalismo em parque público, tem de haver melhor iluminação, mais vigilância, articulação com PSP e GNR e uma auditoria rápida nos pontos críticos.-----

---Famalicão não precisa de anúncios sobre estacionamento, precisa de parques seguros, circulação ordenada e lugares disponíveis para quem vive, trabalha e visita a cidade. ---

---E agora fazer uma pergunta direta ao senhor Presidente: Que medidas vai tomar para travar os furtos e vandalismo e criar um estacionamento funcional?-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Eu gostava de começar por, nesta intervenção, fazer dois lamentos. O primeiro lamento é a circunstância de que foi sujeito o deputado Jorge Costa, que naturalmente tem a nossa solidariedade. -----

---A política deve impor respeito pelos adversários políticos e aquilo que foi trazido a este púlpito não significa esse respeito ou traduz-se exatamente nessa falta de respeito para com um adversário político-----

---O segundo lamento é que a Iniciativa Liberal insista em desrespeitar de forma evidente aquilo que é o regimento e concomitantemente desrespeitar os deputados municipais e os senhores presidentes de junta de freguesia. -----

---Este ponto é muito claro, é para colocar questões. Não é fazer uma intervenção de três minutos e colocar uma questão de dez segundos, senhor deputado. Isto é mesmo gozar com a malta. Isto é mesmo gozar com a malta. Mas, enfim, isso os atos ficam com quem os faz e o senhor deputado fica com eles. Mas fica-lhe mal. Fica-lhe mal. -----

---Senhor presidente, senhores deputados, o senhor Presidente da Câmara Municipal tem uma vasta experiência autárquica e que começou muito antes de ser presidente de Câmara. Eu pergunto-lhe se, tendo em conta essa sua experiência autárquica, se é ou não verdade que os Boletins Municipais que existem há dezenas de anos ou que há dezenas de anos perderam essa natureza de verdadeiros Boletins Municipais-----

---Pergunto ao senhor presidente da Câmara Municipal se é verdade ou não que esses Boletins Municipais ao longo do tempo foram assumindo formatos completamente diferentes, ora se confundindo com revistas, ora se confundindo com os jornais, ora se confundindo até com desdobráveis publicitários, sem que sejam coisa nenhuma desse tipo?-----

---Pergunto igualmente, senhor Presidente, se o Boletim "efe" é pago pelo erário público, mas pergunto se conhece algum boletim que não seja pago por erário público ou se defende Vossa Excelência que deva ser pago com publicidade comercial? Aí sim, seria efetivamente um jornal. -----

---Pergunto também, senhor Presidente, se é ou não verdade que o nosso boletim municipal, com diferentes formatos que foi assumindo ao longo do tempo, segue essa tendência, esta renovação segue essa tendência, uma tendência que se verifica em todo o país, em todo o país, independentemente das Câmaras lideradas pelo Partido Socialista, pelo Partido Comunista Português, obviamente pelas do Partido Social Democrata, pelas do CDS, pelas do CHEGA e até por independentes, exatamente nos termos em que nós os conhecemos? -----

---Pergunto também, senhor Presidente, se tem conhecimento de alguma cominação legal imposta pelos reguladores da comunicação social à edição de modelos do tipo daquele que é o "efe" e, como eu digo, se repete ao longo do país? -----

---Pergunto-lhe também, senhor Presidente, se pretende com o "efe" assumir um instrumento de comunicação concorrencial com os jornais locais?-----

---Pergunto-lhe igualmente, senhor Presidente, se entende que, a haver concorrência, ela existe já hoje em tudo aquilo que são sítios da internet das autarquias locais, das câmaras municipais e até das juntas de freguesia? -----

---E pergunto-lhe também se o senhor Presidente não encontra concorrência nas redes sociais que todos nós usamos e que muitos deles até potenciamos a sua existência? -----

---Pergunto-lhe igualmente, senhor Presidente, se é ou não verdade que a venda de publicidade institucional, que é de facto um dos mecanismos de financiamento da imprensa local em Vila Nova de Famalicão, tem regras muito claras, muito precisas, entendíveis por todos? -----

---Pergunto-lhe igualmente, senhor Presidente, se essas regras são para manter e essa compra de publicidade institucional é para manter, apesar da existência de um boletim municipal, como sempre aconteceu até aos dias de hoje. -----

---Pergunto-lhe ainda, senhor Presidente, se por alguma vez, alguma vez a Câmara Municipal prestou apoios financeiros a projetos transfigurados de órgãos sociais que já vimos em outros municípios acontecer?-----

---Pergunto-lhe também, senhor Presidente, se porventura alguma vez a Câmara Municipal retirou a confiança aos jornalistas, como fez a senhora presidenta Ana Abrunhosa, presidenta da Câmara Municipal de Coimbra? -----

---E pergunto-lhe já agora, senhor Presidente, se alguma vez a Câmara Municipal ou a maioria que o suporta acusou os jornalistas de Vila Nova de Famalicão de uns vendidos ao poder local? -----

---Pergunto se lhe assistiu alguma vez a demonstrações desse tipo?-----

---Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, uma coisa é certa: a perda ou o desaparecimento de um jornal é sempre uma perda para a democracia, porque é perda de escrutínio e a democracia vive do escrutínio dos órgãos deliberativos, mas também de uma comunicação social forte.-----

---E por isso, senhor presidente, pergunto se não tem curiosidade em saber como é que vão votar as forças políticas que hoje são oposição no Parlamento à proposta de lei do Governo, por exemplo, que obriga as autarquias locais a publicar sob pena de ineficácia das deliberações com eficácia externa nos órgãos de comunicação social e local? -----

---É porque eu já vi comentários de partidos da oposição que se opõem a essa obrigatoriedade dessa publicação que se transformaria certamente num meio e num recurso financeiro bem-vindo à imprensa local.-----

---**PEDRO GOMES (PS)** - Senhor presidente da Câmara, muito sucintamente, queria questioná-lo relativamente à Vila Residência Universitária, queria questioná-lo qual é a taxa de ocupação deste equipamento, quantos residentes se ocupam presentemente a utilizar este espaço e, desde a sua inauguração, qual foi a evolução da ocupação? -----

---Também aproveito e questiono se já existe alguma lista de espera para o acesso à residência e, em caso afirmativo, quantos candidatos se encontram já inscritos? -----

---**SANDRA SANTOS (PS)** - Sintam-se cumprimentados. Senhor presidente, na reunião da Câmara passada quinta-feira, foi apresentado e aprovado o novo organograma de cinco para nove departamentos, de vinte e dois para vinte e sete divisões e surgem quarenta e uma novas unidades que não existiam. Diminuem também de vinte e quatro para dezassete os apoios e os serviços ao cidadão. Resulta, portanto, na duplicação de chefias intermédias. Sabe o que é que isto me faz lembrar, senhor presidente? A CP, que tem mais diretores do que comboios. -----

---O senhor presidente vai engordar deliberadamente a máquina camarária e complicar a vida dos famalicenses. Portanto, as questões que lhe coloco são as seguintes: -----

---Como vão ser distribuídos os cargos, por concurso público, por nomeação interna, para os seus amigos e financiadores?-----

---Segundo - essa centena de capelinhas vai ter como fluxo o quê? Vamos precisar dos semáforos para saber quem é que arranca e quem é que decide? -----

---Por último - destas quarenta e uma unidades, quantas é que são destinadas à assessoria dos partidos da oposição? -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** - também de forma breve. Primeiro, para falar sobre o novo formato do Boletim Municipal de Vila Nova de Famalicão, que foi instalado no nosso concelho pelo Dr. Agostinho Fernandes em 1984, para quem porventura já esqueceu. -----

---E é verdade aquilo que aqui foi dito ao longo destas muitas décadas em que a Câmara Municipal tem Boletim Municipal, os formatos foram variando no tempo. Da nossa parte, aliás, antes disso, porventura, eu percebo as oposições, percebo que é preciso haver muita demagogia na falta de argumentos. Tal é o desempenho da Câmara Municipal e do

território de Vila Nova de Famalicão. E eu compreendo isso tudo, obviamente. E eu podia perguntar também qual é a Câmara Municipal de Portugal, uma, uma só das Câmaras grandes que não tem um Boletim Municipal? Fica o TPC para casa. -----

---É porque não existe nenhuma, e bem. Não existe nenhuma, e bem. E não existe porque realmente é um dever das Câmaras Municipais informar a atividade da Câmara aos nossos munícipes, aos nossos concidadãos, informar, por um lado as atividades municipais e, por outro lado, é aquilo que nós queremos com este novo formato, a atividade do município, que é coisa diferente. -----

---Nós temos dinâmicas avassaladoras no nosso concelho, das empresas, das associações, das instituições, dos grupos informais, das pessoas em geral, que nós queremos retratar, fazer sobressair, enfatizar, dar protagonismo a todos aqueles que nos ajudam a construir o Famalicão que temos, aliás, neste momento e que ainda queremos, obviamente, que haja acrescentos. E o Boletim Municipal que tem este formato quer exatamente isso. Não quer competir com ninguém, como estou certo que nenhum outro Boletim Municipal de Portugal, porque todos têm, estou certo que nenhum quer e por isso não queremos aqui patrocínios de publicidade, seja o que for, e nós próprios vamos continuar a solicitar apoio, pagando, patrocinando, nomeadamente publicidade institucional, como sempre o fizemos e vamos continuar a fazer aos meios de comunicação social. -----

---Portanto, o que se fala aqui de algumas vozes em Famalicão, eu só percebo pela demagogia, pelo populismo, falta de argumento, alguma maledicência à mistura, porque também, como aqui houve, não foi maledicência, mas também houve aqui uma intervenção da senhora deputada que até eu a classifico até como má educação. Mas é assim que vamos continuar a informar os meus, os nossos concidadãos do que se passa na Câmara Municipal e o que se passa no território de Vila Nova de Famalicão. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - É só uma clarificação: não é por todas as Câmaras do país fazerem que Famalicão também tem que fazer. É uma concorrência desleal para o jornalismo local. Tanto é, que o Opinião Pública, o jornal Opinião Pública parou de imprimir fisicamente. E isto é uma questão mesmo de despesismo, não é? Não tem que ser gasto dinheiro municipal em propaganda, porque o “efe” e todos os Boletins Municipais são propaganda municipal. Começa no “efe”, no seu departamento de comunicação e daí em diante, senhor Presidente. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Excelentíssima Mesa, apenas fazer uma interpelação à Mesa de que, na ausência de respostas, nos vamos socorrer do artigo catorze, número um, alínea d) do Regimento e solicitar à Mesa os esclarecimentos que o senhor presidente da Câmara não nos formulou. Já tenho aqui os requerimentos para entregar na Mesa e vão ser também enviados por e-mail. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Só para... colocando aqui na... pegar nesta intervenção do senhor Presidente, não é a primeira vez que ele coloca as nossas intervenções como não fazendo o trabalho de casa, como demagogia, falta de informação, distração. É só uma tentativa de realmente desvalorizar aquilo que é colocado aqui nas Assembleias Municipais. Não se trata de alarmismo ou falta de informação da parte dos partidos. Estas dúvidas também foram colocadas na Casa da Assembleia da República, até nomeadamente pela Associação Portuguesa dos Média Digitais Online, que denunciou este caso na Assembleia da República. Portanto, não se trata apenas de uma preocupação dos partidos em representação nesta Casa. E, portanto, se há questões que ou aliás, se há esta falta de informação, é precisamente porque esta Câmara não quer esclarecer, porque já deveria ter sido a hora de realmente esclarecer o que é que é este jornal, qual é a intenção, se todos podemos responder ou colocar, seja qualquer artigo que quisermos. E, portanto, as dúvidas levantam-se quando não há informação. -----

---Aliás, todos os jornais da imprensa local manifestaram-se sobre esta questão. Portanto, não venha aqui colocar isto como a falta de trabalho de casa, TPC, tentando desvalorizar todas as intervenções, seja ela da direita à esquerda, e de uma vez por todas esclareça, seja ela de forma escrita, seja ela nesta Casa. E, portanto, assim encerrávamos o assunto desta maneira e deixava-lhe o trabalho de casa, senhor Presidente. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Apenas informar o senhor deputado do Partido Socialista que a Mesa dará seguimento ao requerimento e fará chegar ao órgão executivo. -----

JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - Senhor Presidente de Câmara, sei que Vossa Excelência não tem mais tempo, mas o que todos estávamos à espera era de algum esclarecimento. -----

---Este novo Boletim Municipal, como lhe chama, é um boletim ou é um jornal? Mas tem a configuração de um jornal, tem a paginação de um jornal. Não tem jornalistas, não tem jornalistas. Portanto, a partir daí iríamos excluir a parte do jornal. Mas tem, mas tem, ainda agora, na segunda edição, tem um artigo de opinião ali do senhor presidente da Assembleia Municipal, tem Vossa Excelência na capa, na capa ou na primeira página ou na segunda página. -----

---E, portanto, eu ainda um dia destes estava em Braga, também vi um boletim, Boletim Cultural da Câmara de Famalicão, um livro que eu pressuponho que é um livro, um caderninho que eu suponho que seja caro, não sei qual é a periodicidade que sai, que relatava/anunciava os espetáculos da Casa das Artes e em Delfim Ferreira. Ninguém pegava naquilo. Aquilo é um preço. E realmente eu tenho que concordar com as pessoas que dizem que nós temos que começar a reduzir despesas. -----

---E depois há uma coisa que sempre se falou aqui, foi na tal transição digital. Tirando uma geração mais velha, até aos sessenta e cinco, setenta anos, a maior parte das pessoas

já sabem das notícias através da internet, através dos telemóveis, através dos tablets. Portanto, parece-me a mim que é um, enfim, é um... fazer a apologia de si mesmo, do Executivo, sem essa necessidade, porque o povo avalia é as obras ao fim de quatro anos e vota em conformidade, não é com os jornais, com mais despesas. E, portanto, é... parece-me que foi uma má ideia, e é o entendimento do grupo municipal do CHEGA que isto foi uma má ideia e foi mais uma despesa desnecessária.-----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA A)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – A Mesa relembra, antes de abrir o ponto à discussão, que os trabalhos estão agendados para que terminem à meia-noite e meia. Está aberto o ponto, podem inscrever-se. -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - Como todos sabem, a grelha A é uma hora. Não faz sentido algum grupo municipal começar agora e interromper. Não sei se... hoje é segunda-feira, foi dia de trabalho, eu, por exemplo, levantei-me às sete e meia da manhã, presumo que toda a gente também tenha trabalhado. Eu acho que faria muito mais sentido continuarmos amanhã. Eu acho que faria muito mais sentido continuarmos amanhã, mas deixo isso... -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Senhor deputado, obrigado pela interpelação. -----

---Eu tenho por norma combinar as coisas e mantê-las. Nós tivemos reunião da Comissão Permanente em que decidimos que os trabalhos terminariam à meia-noite e meia, por uma razão muito simples, porque se a terminarmos hoje meia hora mais cedo, amanhã ela

durará mais meia hora. E, portanto, corremos o risco dela até ir para quarta-feira. Portanto, sendo que ainda temos aproximadamente meia hora, eu peço a compreensão dos senhores deputados e vamos dar seguimento aos trabalhos. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Posso começar a apresentar pelo menos parte para todos termos a oportunidade de falar aqui um pouco hoje. -----

---Dizer-vos que este relatório vem na continuidade de relatório de atividade e prestação de contas anteriores. É um relatório que retrata bem a gestão responsável, rigorosa, contas certas e muito robustas que estão aqui bem espelhadas. -----

---Obviamente que tenho que apresentar evidências, um homem das ciências teria que o fazer. Desde logo, aquele dado que é muito importante em todos os relatórios, sejam elas das instituições, ou das empresas, o rácio da autonomia financeira, como é sabido, é dos indicadores mais importantes. A Câmara Municipal mantém um valor acima dos oitenta por cento, aliás, acima dos oitenta e dois por cento, portanto, que mostra bem, nem era preciso muito mais, mas que mostra bem esta robustez e esta continuidade no rigor que temos nas contas.-----

---Poderia, obviamente, aqui também apresentar a questão do ativo e do passivo, que também é bom demonstrativo desta mesma robustez. Nós temos aqui os ativos em número acerca de seiscentos por cento acima do passivo, seiscentos por cento. Portanto, que mostra bem esta mesma robustez. -----

---Mas temos mais. Temos a dívida estrutural da Câmara Municipal, que é a menor de sempre da nossa história, e temos a capacidade de endividamento, que é a maior da nossa história também. E temos um saldo orçamental de 36,5 milhões de euros. Portanto, estão aqui muitas evidências.-----

---Obviamente que também temos aqui retratado o investimento, que é bem conhecido, o maior da nossa história também, que posso depois esmiuçar um pouco mais. É o relatório que mostra bem a dinâmica económica do nosso concelho. Basta ver a arrecadação da receita. -----

---O IMI, desde logo, com uma taxa a chegar ao mínimo, mesmo assim sobe cerca de seis por cento, que mostra bem a dinâmica. É preciso comprar e vender para que, ou melhor, neste caso, é preciso que haja mais imóveis para que a receita possa aumentar. Ou então, por via, como é sabido, que as finanças também fazem as reavaliações dos imóveis. ----

---O IMT é aquele que é o maior indicador, esse sim, tem a ver com as transações de imóveis e, portanto, temos também uma grande arrecadação. -----

---Temos o IUC, que também cuja arrecadação maior. Lembro que o IMT e o IUC são valores que são estabelecidos na lei, que as Câmaras Municipais, aliás, são beneficiárias destes impostos, mas não têm qualquer interferência neles, presumo que é sabido por todos. -----

---Lembro que a questão da derrama de 1,2%, que é das mais baixas para territórios análogos tem uma isenção até duzentos e cinquenta mil euros em Famalicão, até duzentos e cinquenta mil euros. Portanto, aqui mostra bem a nossa enorme dinâmica económica, que é de fácil perceção para todos, basta andar por aí. -----

---Por outro lado, isto só sucede, este enorme investimento só sucede, porque, obviamente, que os investidores acreditam em Famalicão, senão não o fariam, como também me parece óbvio para todos. E só acreditam em Famalicão porque têm confiança na gestão municipal, senão também não acreditavam. E, portanto, têm confiança na gestão municipal, no governo deste concelho. -----

---Portanto, para resumir, temos muita credibilidade para que haja o investimento que nos... posso adiantar, já agora, nos próximos três anos será na casa dos mil milhões de

euros de investimento privado em Vila Nova de Famalicão, de longe o maior da nossa história. E, portanto, somos um concelho cada vez mais relevante no contexto nacional e internacional. -----

---Em jeito de conclusão, posso... estou a ser acelerado para vos dar a oportunidade, posso aqui ter duas conclusões já de imediato. Foi aquilo que eu disse em sede de reunião de Câmara, que sou consequente com os meus compromissos eleitorais. Como é sabido, eu sou uma pessoa de palavra só. Às vezes tenho que repetir muitas vezes porque há pessoas que precisam de me perguntar muitas vezes a mesma coisa porque duvidam da resposta, mas bastava uma vez. Sempre disse que se a arrecadação... se estivesse provada a arrecadação da receita de IMI que ia baixar o IMI. Baixei duas vezes no último mandato, aliás, baixámos no último mandato e vamos baixar novamente para o ano de 2027, nomeadamente para habitação própria permanente. -----

---E também ganhámos almofada, poupámos durante muitos anos para chegar a este ponto, para que nós possamos estar habilitados a continuar as obras estruturantes. Ainda temos algumas obras estruturantes muito significativas para nós. Uma delas é o estádio, obviamente, outra é o multiusos, outra são as piscinas dos cinquenta metros e outra é o parque de estacionamento junto à unidade urbana para avançar com o quatro. -----

---Este relatório mostra e esta prestação de contas mostra bem isto. Ganhámos capacidade, ganhámos almofada. Felizmente estamos muito bem e por isso vamos acrescentar e vamos acrescentar muito àquilo que já temos. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Discutimos hoje o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2025 correspondente ao último ano do mandato autárquico liderado pela coligação Mais Ação, Mais Famalicão, PSD/CDS-PP e presidida pelo presidente Mário Passos.-----

---O último ano do mandato autárquico, convém sempre lembrar, validado maioritariamente pelos famalicenseiros. -----

---Sim, a maioria dos famalicenseiros validou o projeto político e os resultados da sua execução ao longo dos últimos quatro anos. -----

---Sim, a maioria dos famalicenseiros validou a política fiscal equilibrada, atrativa e competitiva que praticamos. -----

---A carga fiscal não aumentou em Vila Nova de Famalicão. A carga fiscal baixou ao longo dos últimos quatro anos. -----

---Confundir aumento da receita fiscal com o aumento da carga fiscal é confundir conceitos que, em nome da verdade e do rigor que a todos se exige, não podem nunca ser confundidos. -----

---Nos últimos quatro anos, os famalicenseiros, naquilo que dependia do município, pagaram menos IRS por via da redução da taxa máxima de cinco para 4,5%. -----

---Nos últimos quatro anos, os famalicenseiros com filhos a seu cargo pagaram menos IMI por força do aumento da base do IMI familiar. -----

---Nos últimos quatro anos, naquilo que dependia do município, as empresas pagaram menos derrama aplicável sobre os lucros por força do alargamento da isenção de cento e cinquenta para duzentos e cinquenta mil euros da base tributável ocorrida em 2021 e que se reportou nos anos seguintes. -----

---Nos últimos três anos, os famalicenseiros pagaram menos IMI por força não de uma, mas de duas reduções da sua taxa em valor equivalente a 0,02%. -----

---Continuámos a atrair empresas, muitas delas até aqui sediadas em concelhos vizinhos.

---Continuámos a atrair investimento direto estrangeiro significativo. -----

---Continuámos a fixar e atrair pessoas, circunstância que, aliás, não é alheia à dinâmica vivida na construção civil no nosso concelho. -----

---Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2025, Vila Nova de Famalicão evidenciou-se em termos de fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, tendo mesmo fechado o ano anterior no top dez do ranking nacional.-----

---Também por aqui se explica o aumento da arrecadação de receita, por exemplo, em termos do IMT, sinal da vitalidade económica do concelho e da dinâmica do mercado imobiliário já referenciada pelo senhor presidente da Câmara Municipal. -----

---Sim, a maioria dos famalicenses validou a política orçamental prosseguida. Somos um dos municípios mais financeiramente eficientes de Portugal, integrando o top dez dos municípios de grande dimensão, segundo o insuspeito Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. -----

---Reduzimos a dívida à banca, recorrendo apenas a 15,9% da margem absoluta de endividamento e fechamos o ano de 2025 com um grau de autonomia financeira na casa dos 82,8%. Acreditem, senhor presidente, senhores deputados, acreditem, não é coisa pouca. -----

---Sim, a maioria dos famalicenses validou a política educativa que delineámos e executámos. Em 2025 demos passos firmes para a construção do novo Centro Escolar de Brufe, da Escola Básica de Seide, do novo Jardim de Infância da Escola Básica de Delães. Reabilitámos a Escola Básica1 de Castelões, a Escola Básica Jardim de Infância de Mogege e a Escola Básica de Quintão em Arnoso Santa Eulália. E não estamos a falar de ilusões. Não estamos a falar de ilusões, eu repito. Estamos a falar de realizações que importam às pessoas. -----

---Sim, a maioria dos famalicenses validou a nossa política ambiental. Validou a circunstância de mantermos a nossa fatura ambiental como uma das mais baixas da região. Do avançamento de novos parques, nomeadamente o Parque Sinções Norte, o Parque da Pelhe e uma nova zona de lazer em Riba de Ave. -----

---Sim, a maioria dos são famalicenses validou a política desportiva. Fomos, pela nona, nona vez consecutiva, reconhecidos como o município amigo do desporto, distinção que destaca os investimentos e políticas municipais em prol da atividade física e do desenvolvimento desportivo. -----

---Continuamos a apostar no reforço do investimento em formação, apoiando na época desportiva 2024/2025, cinco mil duzentos e trinta e seis jovens num universo de cinquenta coletividades desportivas do nosso concelho. -----

---Apostamos no apoio financeiro para obras e para as atividades recorrentes e normais das associações desportivas. -----

---Em 2025 arrancamos com aquela que será um dos melhores complexos de atletismo de Portugal, há muito justamente reclamado e ambicionado, dotamos a cidade de um novo espaço de *fitness* e *street workout* e adquirimos um novo recinto desportivo, o pavilhão do antigo Externato de Delfim Ferreira que dará, em breve, lugar ao futuro Pavilhão Municipal de Riba de Ave. -----

---Sim, a maioria dos famalicenses validou a política municipal para a saúde, em que os novos investimentos neste domínio vão trazer mais e melhores serviços de saúde para todos. -----

---As requalificações do Centro de Saúde de Famalicão e do Centro Diagnóstico Pneumológico, a construção do novo Centro de Saúde de Ruivães, Landim e do novo Centro de Saúde de Nine fazem de 2025 um dos anos em que mais se investiu em termos de infraestruturas do setor da saúde em Vila Nova de Famalicão. -----

---Muitos, por certo, dirão que estes e outros investimentos só foram possíveis por força do financiamento extraordinário do PRR e de outros fundos comunitários. -----

---É claro que sim. É claro que sim. Mas, manda a verdade que se diga, senhor presidente, senhores deputados, que nem todos os municípios foram tão bem-sucedidos como nós o fomos nas candidaturas que apresentámos. -----

---Sim, a maioria dos são famalicenses validou a nossa política de transportes. Em 2025 demos um passo gigantesco, gigantesco em termos de reforço da oferta rodoviária. A Mobiave, a nova rede de transporte rodoviário, representa um reforço dessa oferta traduzido em mais sessenta e sete linhas, mais de 4,2 milhões de quilómetros anuais e mais 1514 paragens de autocarro. -----

---Sim, a maioria dos famalicenses validou a nossa política de solidariedade e de ação social. -----

---Não é por acaso que somos uma autarquia familiarmente responsável, quando o apoio à renda chega a mais de três centenas e meia de famílias; quando as obras de reabilitação das casas chegam aos estratos sociais mais desfavorecidos; quando a rede Academias Sénior se apresenta como um projeto cada vez mais consolidado; quando temos em curso o maior investimento de sempre em habitação; ou quando não renegamos os apoios devidos às Instituições Particulares de Solidariedade Social. -----

---Sim, a maioria dos famalicenses validou a nossa política de segurança e de proteção civil. -----

---Também nesta última dimensão, exatamente pela promoção de políticas e boas práticas de segurança e prevenção, fomos reconhecidos pelo Centro de Estudos de Intervenção em Proteção Civil, no mesmo ano em que, com o esforço de todos, Corporações de Bombeiros, Cruz Vermelha, Serviço Municipal de Proteção Civil, Juntas de Freguesia e os cidadãos em geral, fechamos o ano com a área ardida mais baixa da última década, circunstância para a qual, naturalmente, também contribuiu o apoio expressivo que o município concede às suas forças de socorro. -----

Assembleia Municipal



---Sim, os são famalicenses validaram as nossas políticas nestes e fizeram em todos os domínios, em todos os domínios da ação governativa local.-----

---Essa validação, porém, essa validação, porém, não dispensa, nem podia dispensar o escrutínio desta Assembleia Municipal. -----

---Nós estamos aqui para participar nesse escrutínio e fazer o debate político que se impuser.-----

---Estamos muito confortáveis, estamos mesmo muito confortáveis com esta prestação de contas, porque por uma razão muito simples: porque estas são boas contas. Estas são boas contas. São boas contas que trouxeram desenvolvimento real e sustentável ao nosso concelho. São boas contas que melhoraram as condições de vida dos famalicenses, de todos os famalicenses. São boas contas que nos permitem olhar para o futuro com confiança num município cada vez mais coeso, mais inclusivo, mais sustentável e mais próspero. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - É aproximadamente meia-noite e vinte e cinco. Agora sim, penso que estamos em condições de suspender os trabalhos, se todos concordarem. Não é inconveniente? Senhores deputados do Partido Socialista da CDU, podemos interromper agora os trabalhos? É meia-noite e vinte e cinco. -----

---Vamos só colocar a minuta da ata à aprovação para que as deliberações tomem efeitos imediatos.-----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.-----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

---Não houve intervenção do público.-----

Assembleia Municipal



---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e vinte e cinco minutos. -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

----- **O 1.º SECRETÁRIO** -----

----- **A 2.ª SECRETÁRIA** -----

---Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

---Registo de presenças;-----

---Um voto de pesar da Junta de Freguesia de Lousado pelo falecimento de Carlos Macedo; -----

---Um voto de pesar do Partido Socialista pelo falecimento de Joaquim Peniche Barreiras;

---Um voto de pesar do Partido Socialista pelo falecimento de Carlos Bernardino Rebelo da Silva; -----

---Um voto de saudação do Partido Socialista ao árbitro de futebol João Pinheiro; -----

---Um voto de congratulação do Partido Socialista ao atleta Mateus Soares;-----

---Um voto de pesar do Partido Socialista pelo falecimento de Amável Barbosa dos Santos; -----

---Uma proposta de recomendação do CHEGA no sentido de alterar o regulamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento; -----

---Um voto de recomendação do CHEGA para a implementação e ativação imediata do sistema de videovigilância urbana com tecnologia de inteligência artificial para

anonimização total de imagens, cumprimento do RGPD e desbloqueio do sistema já instalado; -----

---Um voto de protesto do partido CHEGA sobre a gestão da escola pública.-----

---Uma moção de recomendação da Iniciativa Liberal para modernização do licenciamento urbanístico com inteligência artificial para aumentar a oferta de habitação.

--- Uma moção de recomendação da Iniciativa Liberal para redução da taxa de IMI para o mínimo legal de 0,3% em 2027. -----

--- Um voto de pesar do PSD pelo falecimento de Joaquim Peniche Barreiras. -----

--- Uma moção da CDU contra a privatização do transporte ferroviário pelo direito à mobilidade.-----

---Um voto de saudação da CDU pelos 50 anos da Constituição da República Portuguesa.

---Documento referente ao ponto um. -----
